



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

ATA DA 26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE DO SINPAF – DIAS 16 e 17 DE MARÇO DE 2024

Às 08 horas e quarenta e seis minutos do dia dezesseis de março de dois mil e vinte e quatro, no Hotel da Casa do Professor Visitante - CPV, na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, foi aberta a **26ª Plenária Regional Sudeste do SINPAF**, constituída com a finalidade de representação e defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores de instituições públicas e privadas. Com a condução do Diretor Regional Sudeste do SINPAF, Sr. Devanir Sebastião dos Santos, que deu as boas-vindas a todos e todas delegados e delegadas, demais participantes presentes na Plenária. **Momento cultural** – O Diretor Regional Sudeste destacou a importância da comemoração dos 35 anos do SINPAF, ressaltando a trajetória da luta sindical e suas conquistas. Para celebrar essa história, a Diretoria Nacional do SINPAF está realizando um trabalho de resgate da memória sindical, reunindo depoimentos de trabalhadores que participaram da construção da entidade e das mobilizações ao longo dos anos. Foi apresentado um trailer de um documentário que será lançado oficialmente durante a Plenária Nacional, em junho de 2024, em Brasília/DF. O filme destaca os desafios enfrentados pelos trabalhadores e os avanços conquistados, como os acordos coletivos e a melhoria das condições de trabalho na Embrapa. Enfatizou que a construção sindical é diária, e que cada dia pode ser uma conquista ou uma perda, dependendo do nível de organização e engajamento dos trabalhadores de base. Reforçou o convite para o lançamento do documentário e ressaltou que a equipe de comunicação está empenhada em reunir depoimentos e materiais históricos para valorizar a história do sindicato. **Mesa: Análise de Conjuntura (Ascensão da extrema direita e o papel do SINPAF no combate ao neoliberalismo no Brasil)**. O Sr. Devanir convidou para compor a mesa os Srs. Marcus Vinícius, Presidente Nacional do SINPAF, Raimundo Sousa, representante da CUT/SP e Leandro Dias, representante do DIEESE/SP. Antes da primeira fala, foi feita uma homenagem póstuma (um minuto de silêncio) ao Sr. Sérgio Galdino, filiado ao SINPAF e Pesquisador da Embrapa Territorial. Com a palavra, o Sr. Raimundo Sousa, atual presidente da CUT São Paulo desde agosto. Foi dirigente sindical dos trabalhadores da indústria química, tendo presidido o Sindicato dos Químicos do ABC e a Federação da categoria, além do DIEESE em São Paulo por cinco anos. Nossa prioridade hoje na CUT/SP é resistir à extrema-direita que saiu do governo federal e se instalou com força no estado de São Paulo, mantendo uma luta constante e necessária contra políticas prejudiciais aos trabalhadores. Neste momento, não quero lembrar apenas o passado, mas sim discutir nosso presente e as lutas essenciais que estamos travando ao lado das centrais sindicais, especialmente nas questões que envolvem diretamente a indústria química. Por exemplo, enfrentamos o grave problema dos fertilizantes, dos transgênicos e dos agrotóxicos. Denunciamos repetidamente que produtos banidos internacionalmente continuam chegando ao Brasil, afetando primeiro os trabalhadores das indústrias químicas.



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

Mesmo com o retorno do presidente Lula ao governo federal, enfrentamos grandes dificuldades devido à composição atual do Congresso Nacional, especialmente na Câmara dos Deputados, onde projetos essenciais para a classe trabalhadora são frequentemente bloqueados. Nosso desafio é imenso porque, apesar da vitória presidencial, ainda não temos maioria suficiente para alterar reformas prejudiciais como a trabalhista e a previdenciária. Além disso, estamos em uma luta diária contra ações antissindiais que se aprofundaram após o fim do imposto sindical, afetando significativamente o financiamento e a atuação dos sindicatos. Precisamos avançar no debate sobre o financiamento sindical, já que as convenções coletivas continuam garantindo direitos acima da CLT, porém, muitos trabalhadores não contribuem para sua manutenção. Destaco que é urgente um novo modelo que permita o fortalecimento financeiro dos sindicatos, garantindo serviços adequados aos trabalhadores. Outro ponto crítico é a dependência produtiva do Brasil, especialmente nas áreas farmacêutica e química. Hoje importamos cerca de 95% dos insumos farmacêuticos, principalmente da China e Índia, o que deixa nosso país vulnerável em crises como a pandemia. Além disso, multinacionais têm fechado fábricas brasileiras e transferido a produção para o exterior, priorizando os lucros das matrizes estrangeiras e prejudicando diretamente o trabalhador brasileiro. Precisamos retomar a produção nacional, especialmente em setores estratégicos como fertilizantes e fármacos, que garantirão soberania e segurança para o país. Também estamos mobilizados para eventos importantes, como o próximo ato nacional em defesa da democracia (23 de março) e as comemorações do 1º de Maio, que neste ano serão descentralizadas e realizadas nas periferias, levando nossa mensagem diretamente às comunidades. Outro grande ato ocorrerá em Brasília nos dias 22 e 23, quando entregaremos oficialmente ao presidente Lula uma pauta unificada das centrais sindicais com as reivindicações dos trabalhadores. Entre nossas prioridades imediatas está a defesa do serviço público, combatendo firmemente a terceirização que precariza o trabalho e enfraquece os serviços prestados à população. Lutamos pela valorização do servidor público, por concursos públicos, salários dignos e condições adequadas de trabalho. Para finalizar, precisamos enfrentar com muito vigor essa terceirização desenfreada, pois esta, reduz muito a qualidade e segurança dos serviços prestados. Estamos juntos nesta luta. Muito obrigado. Com a palavra, o Sr. Leandro Silva, economista do DIEESE/SP, apresentou uma análise detalhada da atual conjuntura econômica e seus impactos diretos no cenário político e social do país. Iniciou destacando a relação entre economia e política, enfatizando como o avanço da extrema-direita no Brasil está ligado à crise econômica aprofundada nos últimos anos, especialmente após o golpe contra a ex-presidente Dilma Rousseff e as consequências devastadoras da Operação Lava Jato, que enfraqueceu a economia nacional, preparando terreno para reformas drásticas como a previdenciária, trabalhista e o teto de gastos. Explicou que a reforma trabalhista, em particular, reduziu significativamente a capacidade financeira dos sindicatos, diminuindo em mais de 30% o número de instrumentos de negociação



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

coletiva em apenas um ano, justamente porque muitos sindicatos perderam recursos até mesmo para convocar assembleias. Isso afetou profundamente a organização dos trabalhadores. Leandro ressaltou ainda o papel da Petrobras na economia brasileira, destacando que a empresa é uma das maiores responsáveis pelo índice da Bolsa de Valores (IBOVESPA). Qualquer mudança na distribuição dos dividendos causa forte reação no mercado, refletindo interesses financeiros poderosos que pressionam por lucros maiores, muitas vezes em detrimento de investimentos estratégicos necessários ao país. Sobre o governo Bolsonaro, pontuou que foi um período marcado por uma pauta moral que desviou a atenção dos reais problemas econômicos e sociais. Citou a inflação crescente, impulsionada pela guerra da Ucrânia, que afetou diretamente preços dos alimentos, combustíveis e insumos agropecuários, contribuindo para a queda na qualidade de vida dos brasileiros. Apresentou também um panorama atual da economia brasileira, mostrando que o PIB cresceu mais do que o previsto em 2023, chegando a quase 3%, puxado principalmente pela exportação de produtos agropecuários, minerais e petróleo. No entanto, alertou que setores fundamentais para a geração de emprego e renda, como indústria de transformação e construção civil, seguem em forte queda por dependerem diretamente do mercado interno, que está desaquecido. Outro ponto crítico levantado é a inflação, que apesar de estável em termos gerais, está aumentando significativamente em itens essenciais como alimentos, afetando diretamente o poder de compra da população. O economista alertou que essa percepção negativa da população sobre a economia tem influenciado diretamente a popularidade do governo atual, criando um cenário favorável para o fortalecimento de setores da extrema-direita. Leandro Silva abordou com profundidade a questão fiscal brasileira, mencionando que o atual governo tem enfrentado grande pressão para cumprir metas fiscais rígidas, o que limita os investimentos públicos necessários para sustentar o crescimento econômico. Mostrou ainda como o governo Bolsonaro deixou "esqueletos fiscais", obrigando a atual gestão a pagar contas pendentes, criando dificuldades adicionais para investimentos futuros. O economista destacou especialmente o impacto negativo das altas taxas de juros praticadas pelo Banco Central, presidido por Roberto Campos Neto, limitando o investimento privado e comprometendo a recuperação econômica. Apontou que, diante disso, o único meio viável de estimular a economia seria o investimento público, porém, o governo está pressionado pela necessidade de equilíbrio fiscal, resultando em um impasse que impede o país de crescer de forma sustentável. Chamou atenção para o elevado valor gasto pelo Brasil com juros da dívida pública (cerca de R\$ 652 bilhões ao ano), destacando que esse gasto não gera crescimento econômico significativo, enquanto investimentos sociais, como educação e programas de transferência de renda, têm efeitos positivos e comprovados na economia, gerando maior retorno econômico para cada real investido. Por fim, enfatizou a necessidade urgente de um debate profundo sobre a reforma tributária e o novo arcabouço fiscal. Alertou que as atuais propostas são insuficientes para garantir o crescimento



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

econômico necessário para melhorar a vida da população. Segundo ele, o país se encontra preso em um ciclo vicioso: sem crescimento econômico, a percepção da população piora, aumentando o espaço para a extrema-direita avançar politicamente. Afirmou que é fundamental melhorar rapidamente a percepção econômica da população para reconquistar espaço político e implementar políticas sociais progressistas. Caso contrário, o cenário de instabilidade política e econômica tende a se agravar, ampliando ainda mais os desafios para o movimento sindical e os setores progressistas da sociedade. Para finalizar esta mesa, o Sr. Marcus Vinicius, presidente nacional do SINPAF, abriu sua intervenção saudando e agradecendo os organizadores, especialmente ao companheiro Devanir Sebastião dos Santos pela coordenação da plenária regional, destacando o papel estratégico da diretoria regional e nacional nesse evento. Também cumprimentou a diretora nacional de Políticas Sociais, Sra. Franciana Volpato, todas as delegadas, funcionários e representantes das sessões presentes, ressaltando a importância do cumprimento estatutário da participação na plenária. Marcus Vinicius reafirmou o compromisso do SINPAF com pautas fundamentais para os trabalhadores da Embrapa, Codevasp e da PESAGRO, destacando especialmente dois adicionais prioritários nas negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT): o adicional de titularidade e o adicional por elevação de escolaridade. Disse que essas reivindicações já estavam contempladas pela Diretoria Nacional, mas garantiu que seriam intensificadas nas negociações com a empresa, reconhecendo também a luta histórica dos funcionários da PESAGRO pela recomposição do seu ACT, após duas décadas sem um acordo formal. Outro ponto central abordado foi o posicionamento firme do sindicato contra a terceirização na Embrapa. Marcus Vinicius destacou que o SINPAF sempre defendeu a realização de concursos públicos como forma legítima e necessária para recompor a força de trabalho, rejeitando categoricamente a proposta de terceirização que, contraditoriamente, está sendo implementada pela nova diretoria indicada pelo governo Lula. Para ele, é inaceitável que uma diretoria progressista, indicada por um governo apoiado pelos trabalhadores, leve adiante esse tipo de pauta que precariza as condições de trabalho e enfraquece a instituição pública. O presidente nacional do SINPAF destacou ainda que a conjuntura política brasileira está fortemente marcada pelo crescimento organizado da extrema-direita, alertando que existe atualmente uma articulação internacional dessa vertente política em diversos países, citando como exemplos El Salvador, Argentina, Hungria, Filipinas, Turquia, Holanda e Finlândia, além das disputas eleitorais nos Estados Unidos. Para ele, esses movimentos são coordenados pelas elites econômicas internacionais que, após a crise financeira de 2008, buscam restringir espaços democráticos em prol de seus próprios interesses financeiros, resultando na ascensão de governos autoritários e autocráticos. Nesse sentido, Marcus Vinicius ressaltou a importância de fortalecer a articulação sindical e social para enfrentar e combater a extrema-direita no Brasil, reforçando que o movimento sindical deve se reorganizar para dialogar com mais eficiência com o



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

governo federal. Relatou recentes dificuldades de interlocução entre os sindicatos, centrais sindicais e o próprio governo Lula, que frequentemente ignora ou demora a atender demandas simples e essenciais, até mesmo aquelas resolvidas por instrumentos infralegais, como portarias e normativas internas. Marcus Vinicius também comentou as recentes mudanças internas na Embrapa, mencionando trocas de chefias em unidades como Florestas, Aracaju e Solos, dentro de uma estratégia positiva de realinhamento com o projeto do atual governo federal. Porém, reforçou a preocupação quanto às contradições presentes na gestão da Embrapa, que insiste na implementação da terceirização. Também comentou a difícil conjuntura da PESAGRO, destacando as limitações impostas pelo governo do Rio de Janeiro, alinhado à extrema-direita, dificultando avanços importantes para a recomposição econômica e valorização dos trabalhadores daquela empresa. Por fim, Marcus Vinicius conclamou a todas as sessões locais e à categoria como um todo a fortalecerem os debates internos e as articulações com outras entidades sindicais e movimentos sociais, reforçando a resistência às ameaças da extrema-direita e defendendo vigorosamente as pautas dos trabalhadores. Encerrando sua fala, destacou a importância do SINPAF se manter ativo, mobilizado e em constante movimento para garantir conquistas concretas aos trabalhadores, concluindo com a frase motivacional: **"O SINPAF não pode parar."**

Debate. Durante o debate da Plenária Regional Sudeste do SINPAF, diversos sindicalistas discutiram amplamente questões políticas, econômicas e sindicais, especialmente a conjuntura nacional, o papel do movimento sindical e os desafios enfrentados pelos trabalhadores da Embrapa e Pesagro. A seguir, os principais pontos abordados pelos participantes: O diretor Sérgio Cobel abriu o debate destacando a importância da análise de conjuntura, lembrando uma frase célebre atribuída a Ulysses Guimarães, de que "a política é como as nuvens", sempre em mudança. Também chamou atenção para o papel da mídia, mencionando que, apesar do governo investir pesado na imprensa tradicional, principalmente na Globo, essa mídia mantém postura hostil aos governos progressistas. Jasiel Nunes (Seção Amazonas), ressaltou questões estratégicas relacionadas à produção nacional de fertilizantes, enfatizando que o Amazonas possui as maiores reservas de potássio do mundo, mas enfrenta entraves políticos e ambientais para exploração desses recursos, o que agrava a dependência externa. Também destacou a percepção real dos trabalhadores sobre a inflação ao ir ao supermercado, enfatizando que empresários brasileiros são oportunistas e aumentam preços injustificadamente, agravando ainda mais a crise econômica e a popularidade do governo Lula. Reforçou a importância da pauta de adicional por elevação da escolaridade para trabalhadores da Embrapa. Mário Urchei (Seção Campinas) enfatizou a importância de análises conjunturais precisas para instrumentalizar o SINPAF na sua atuação sindical. Pontuou que o avanço da extrema-direita no Brasil e no mundo está ligado à necessidade das elites econômicas de manter lucros através da destruição do Estado público e precarização do trabalho, inclusive com o avanço da terceirização. Segundo ele, o atual governo Lula não é um



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

governo plenamente de esquerda, mas sim uma coalizão ampla, incluindo setores conservadores, criada justamente para barrar o avanço da extrema-direita. Reforçou a importância de fortalecer a democracia interna no movimento sindical e unir forças com outros movimentos sociais para enfrentar a atual conjuntura. Carmelita (Agrobiologia) parabenizou as apresentações, especialmente a clareza da exposição econômica feita pelo representante do DIEESE. Criticou duramente a influência excessiva do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, na política econômica, e questionou diretamente a possibilidade de afastá-lo do cargo. Reforçou a necessidade do movimento sindical levar sua atuação à periferia e garantir justiça e igualdade social, além de defender a necessidade de mobilizações mais fortes, como greves gerais e ocupações em Brasília, para garantir pautas importantes como o combate à terceirização. Houve ainda destaque o cenário preocupante de avanço da extrema-direita em âmbito mundial e nacional, especialmente na forma do neofascismo. Lembrou que, mesmo com a eleição de Lula, a situação é complexa, já que existem leis aprovadas anteriormente, inclusive no governo Fernando Henrique, que permitem a terceirização ampla, afetando especialmente o setor público, universidades e empresas públicas. Defendeu uma forte negociação política com o atual governo para impedir a terceirização do serviço público, já que isso gera prejuízos diretos à sociedade e reduz a qualidade dos serviços. **Considerações Finais dos Expositores: Leandro Silva (DIEESE/SP):** Leandro lembrou que a terceirização foi amplamente expandida pela reforma trabalhista e hoje afeta todos os setores, sendo um desafio difícil de reverter. Mencionou que o desmonte do Estado brasileiro tem sido conduzido de maneira sistemática, citando exemplos práticos da precarização na área de pesquisa agropecuária. Destacou ainda que a extrema-direita age em múltiplas frentes, desde questões econômicas até pautas morais, sendo um fenômeno global difícil de combater se não houver mobilização consistente. **Raimundo Sousa (CUT/SP):** Raimundo enfatizou que o atual governo Lula está diante de um impasse político importante: precisa tomar decisões mais contundentes contra o poder do Congresso conservador e a influência da mídia tradicional. Lembrou que o governo vem enfrentando grandes derrotas no Congresso, com alta taxa de rejeição de suas medidas provisórias, e que o presidente Lula precisa “dar um cavalo de pau” para mudar essa situação. Alertou que as próximas eleições municipais serão decisivas para ampliar a força da esquerda, e reforçou que é urgente a união com movimentos sociais e periféricos, inclusive propondo mudanças estatutárias na CUT para permitir a filiação desses movimentos. **Marcus Vinicius (Presidente Nacional SINPAF):** Marcus destacou a importância das sessões sindicais do SINPAF se organizarem nas bases para enfrentar os atuais desafios. Reforçou que a disputa pelo orçamento federal é essencial para garantir recursos para áreas fundamentais, como a agricultura familiar, a agroecologia e a elevação de escolaridade dos servidores da Embrapa. Reiterou que o atual governo é um governo em disputa constante, e que o movimento sindical deve continuar pressionando para garantir avanços reais, especialmente no combate à terceirização

Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

dentro da Embrapa. Lembrou que essa luta não é jurídica, já que a terceirização é legalmente permitida, mas sim uma decisão política que o governo precisa tomar claramente contra a precarização dos serviços públicos e das pesquisas estratégicas. **Mesa: Eleição do (a) secretário (a) e do (a) relator (a) para compor a mesa da plenária.** O processo seguiu um rito democrático, permitindo que os candidatos se apresentassem, mas, sem candidaturas espontâneas, os nomes sugeridos foram aprovados sem objeções. Os escolhidos foram o Sr. **David Régis de Oliveira (CTAA) – Secretário e moderador da mesa** e a Sra. **Cirlei Alves Fiuza (Pesagro Campos) – Relatora da plenária.** **Aprovação da Pauta e Regimento Interno.** A pauta da plenária e o regimento interno foram enviados com antecedência (30 dias), respeitando os procedimentos estatutários. Durante a sessão, foi verificado o quórum mínimo necessário (metade mais um dos delegados inscritos), confirmando a legitimidade da aprovação. A principal observação feita ao regimento foi a mudança na forma de submissão das moções e encaminhamentos, que agora precisam ser entregues até as 10h da manhã do dia anterior e contar com a assinatura de pelo menos 10% dos delegados inscritos (três assinaturas, no caso desta plenária). Essas regras garantem que as propostas sejam organizadas e tenham representatividade mínima antes de serem votadas. Após extenso debate sobre duas propostas de pauta apresentadas—uma construída por algumas sessões sindicais e outra proposta pela Diretoria Regional e Nacional—procedeu-se à votação. Em regime aberto, com levantamento de crachás, prevaleceu a proposta encaminhada pela Diretoria Regional e Nacional. **Resultado da votação: Proposta da Diretoria Regional/Nacional:** aprovada pela maioria. **Proposta de algumas**

Seções Sindicais: rejeitada. **Abstenções:** uma abstenção registrada. Durante a discussão sobre a aprovação do regimento interno da plenária, foi levantado destaque sobre o artigo 6º, especificamente seu parágrafo 1º. O delegado Ricardo sugeriu uma alteração para adequar o texto ao Estatuto do SINPAF, propondo que, em vez de constar "a pauta", fosse inserido o termo "a proposta de pauta", alinhando-se ao que determina o Estatuto. Adilson argumentou que a questão já era matéria vencida, pois a discussão sobre a pauta e composição das mesas já havia sido realizada anteriormente. Propôs, inclusive, retirar o artigo 6º completo, alegando que não faria diferença prática. No entanto, foi esclarecido por outro participante que a retirada total do artigo não seria possível, já que ele incluía também a escolha do local da próxima plenária. Após esclarecimentos e debates, prevaleceu a proposta inicial de Ricardo, e foi aprovado, por consenso da plenária, que no regimento constasse explicitamente "proposta de pauta" em vez de apenas "pauta". Com esta alteração pontual, o regimento interno da plenária foi "aprovado por unanimidade", sem outros destaques ou objeções. Retornando as treze horas e quarenta e nove minutos, após o almoço, foi composta a **Mesa: Desafios nas relações de trabalho (ACT, CNN, Teletrabalho)**, conduzida por José Vicente (secretário-geral do SINPAF), Andréia Galvão (Instituto da UNICAMP), professora da UNICAMP, Mário Macedo Neto (diretor



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

de formação do sindicato Sinergia / CUT Campinas e Hélio Motta (MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar). Diante da presença dos convidados externos—especialmente a professora Andréia Galvão e o companheiro Mário Macedo Neto—José Vicente considerou que a contribuição dos palestrantes poderia agregar significativamente mais valor ao debate que ocorreria em seguida. Com essa perspectiva, Zeca optou por não realizar, naquele momento, sua apresentação que trataria de questões internas e específicas relacionadas ao ACT (Acordo Coletivo de Trabalho). Assim, ele abriu espaço para que as exposições sobre sindicalismo, precarização, terceirização e desafios contemporâneos fossem feitas de maneira mais ampla e profunda pelos convidados, acreditando que esse diálogo seria mais produtivo e enriquecedor para todos os presentes. A professora Andreia iniciou sua exposição agradecendo o convite e destacando a relevância de eventos formativos e de debate sobre as condições e relações de trabalho, essenciais para compreender a realidade atual enfrentada pelos trabalhadores brasileiros. Ela destacou a importância de ampliar a discussão para incluir o papel do sindicalismo, enfatizando que as relações de trabalho e o sindicalismo estão interligados de maneira profunda e que o movimento sindical é fundamental para a construção de uma sociedade democrática e justa. Andreia trouxe uma reflexão sobre os obstáculos enfrentados atualmente pelo sindicalismo, dividindo-os em duas categorias principais: obstáculos estruturais e conjunturais. Entre os obstáculos estruturais, ela destacou as características históricas do mercado de trabalho brasileiro, marcado pela informalidade e precarização, o que limita a atuação dos sindicatos à representação majoritária dos trabalhadores assalariados formais, enquanto os informais permanecem à margem das organizações sindicais tradicionais. Nesse contexto, ressaltou a queda constante da taxa de sindicalização, que hoje é inferior a 10%, revelando a dificuldade crescente dos sindicatos em alcançar uma parcela significativa da classe trabalhadora, especialmente os trabalhadores precários e informais. Um aspecto relevante apontado por ela é a crença generalizada de que trabalhadores informais ou autônomos não têm direito à sindicalização, o que é uma percepção errônea, porém fortemente enraizada. A professora chamou atenção ainda para as limitações impostas pelo atual modelo sindical brasileiro, criado durante o governo Vargas e consolidado pela CLT, que define categorias profissionais com base na atividade econômica principal do empregador. Essa estrutura, segundo Andreia, resulta em uma fragmentação da representação sindical, enfraquecendo a unidade dos trabalhadores e dificultando a ação sindical conjunta, principalmente diante do fenômeno crescente da terceirização, que divide trabalhadores de uma mesma categoria profissional em diferentes representações sindicais. Andreia também destacou o problema do financiamento sindical que, desde a reforma trabalhista de 2017, perdeu sua principal fonte, o imposto sindical compulsório. Isso contribuiu para uma crise econômica nas organizações sindicais e uma maior burocratização das estruturas, afastando ainda mais os trabalhadores das entidades sindicais. Entre os obstáculos conjunturais, a professora destacou o impacto



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

negativo da ofensiva neoliberal recente, que vem implementando sucessivas reformas (trabalhista, previdenciária e administrativa) voltadas à redução de direitos e precarização das condições de trabalho. Ela apontou como essas reformas incentivam um processo ideológico de enfraquecimento da solidariedade entre trabalhadores e fortalecem a lógica individualista da meritocracia e do empreendedorismo, afastando cada vez mais os trabalhadores da luta sindical coletiva. Outro ponto crítico abordado por ela foi a questão da crescente precarização das formas de contratação e das relações de trabalho. Com o crescimento das modalidades contratuais atípicas (como MEI, trabalho por plataforma, terceirização e teletrabalho), os trabalhadores encontram mais dificuldade em perceber sua identidade coletiva e, conseqüentemente, não se reconhecem na luta coletiva proposta pelos sindicatos. Em relação ao teletrabalho, Andreia destacou como, apesar das vantagens imediatas percebidas pelos trabalhadores (economia com transporte, maior flexibilidade), há efeitos prejudiciais de longo prazo, como a perda de vínculos coletivos e a transferência de custos para o trabalhador, resultando em isolamento e perda da capacidade coletiva de mobilização e organização sindical. Por fim, Andreia apresentou dados preocupantes sobre o enfraquecimento do movimento sindical, refletido na queda significativa do número de greves desde 2016, sinalizando o crescente desafio dos sindicatos em mobilizar trabalhadores. Para ela, isso resulta, em parte, da crise ideológica que leva os trabalhadores a preferirem benefícios financeiros imediatos em detrimento da defesa de direitos sociais e trabalhistas fundamentais. Andreia finalizou reforçando a importância de enfrentar esses desafios por meio da reconstrução da solidariedade entre trabalhadores, recuperando a capacidade de diálogo dos sindicatos com uma base cada vez mais diversa em termos geracionais, raciais, de gênero e vínculos empregatícios. O caminho proposto é fortalecer a consciência coletiva sobre direitos e democracia, promovendo uma mobilização ampla e inclusiva. Sua fala encerra com uma saudação aos presentes, destacando a necessidade urgente de reconstrução da atuação sindical em bases mais democráticas e efetivas. Com a palavra, o Sr. Mario Macedo Neto iniciou sua apresentação destacando a importância de olhar para o passado como forma de compreender melhor o presente e contextualizar a evolução das relações de trabalho no Brasil. Para isso, ele fez um percurso histórico breve, porém profundo, sobre como essas relações têm sido moldadas desde a colonização. **Contextualização Histórica e Estrutural das Relações de Trabalho.** Mario começou situando a questão das relações de trabalho como sendo, desde sempre, um conflito entre a classe trabalhadora e as elites dominantes, ou seja, os detentores dos meios de produção. Ele ressaltou que, desde 1500 até 1888, o regime formal de relações de trabalho no Brasil foi a escravidão, envolvendo os povos originários e os africanos escravizados. Essa herança histórica, segundo ele, ainda influencia fortemente a maneira como as elites brasileiras tratam a classe trabalhadora até os dias atuais, pois práticas de exploração extrema e condições análogas à escravidão ainda são identificadas com frequência. Com a abolição oficial da



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

escravidão em 1888, Mario apontou que o Brasil viu uma grande onda migratória de europeus, que vieram fugindo da fome e de crises econômicas, encontrando aqui condições de trabalho extremamente precárias. Esses trabalhadores, juntamente com a população negra recém-liberta sem políticas públicas de amparo, continuaram sendo tratados como objetos e não como seres humanos detentores de direitos. **O Estado e a Regulamentação das Relações Trabalhistas.** Mario destacou a virada institucional importante a partir de 1930 com o governo de Getúlio Vargas, que criou o Ministério do Trabalho em 1931, estabelecendo um papel regulador do Estado nas relações trabalhistas. Posteriormente, em 1943, com a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o Estado brasileiro institucionalizou normas básicas para o trabalho assalariado. Entretanto, ele reconheceu que essa regulamentação trouxe avanços e também limitações, como a unicidade sindical por categoria e região, o que restringiu o desenvolvimento da organização sindical e condicionou fortemente seu financiamento, que inicialmente dependia da estrutura do imposto sindical. **O Movimento Sindical sob o Regime Militar e a Redemocratização.** Mario enfatizou que o golpe militar de 1964 atingiu duramente o movimento sindical brasileiro, que resistiu bravamente durante as décadas de 1970 e início dos anos 1980, desempenhando papel fundamental na luta pela redemocratização do país. Neste contexto, ele lembrou o surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e a participação ativa do movimento sindical na Constituinte, que culminou na Constituição Cidadã de 1988. **Neoliberalismo e as Privatizações dos Anos 1990.** Mario destacou o impacto devastador das políticas neoliberais introduzidas pelo Consenso de Washington (1989), que ganharam força durante os governos Collor e FHC, resultando em privatizações significativas de empresas públicas estratégicas, especialmente no setor energético. Ele apontou que tais privatizações enfraqueceram a classe trabalhadora e fragmentaram o movimento sindical, especialmente devido ao aumento exponencial da terceirização, que fragmentou categorias e precarizou as relações de trabalho. **Governos Petistas: Avanços e Limitações do Movimento Sindical.** No período dos governos Lula e Dilma, Mario reconheceu importantes avanços sociais e trabalhistas, especialmente em relação à inclusão dos trabalhadores mais vulneráveis, mencionando programas como Bolsa Família, Brasil Sorridente e Mais Médicos. Contudo, ele criticou que, nesse período, o movimento sindical não soube aproveitar integralmente para modernizar suas formas de comunicação e organização, especialmente frente às transformações tecnológicas e sociais introduzidas pela popularização da internet. **Novas Tecnologias e o Desafio para o Sindicalismo Atual.** Mario identificou como ponto crucial a dificuldade histórica e estrutural dos sindicatos em se adaptar às novas realidades tecnológicas e às novas formas de trabalho surgidas com o século XXI. Citou especialmente o impacto das redes sociais, que mudaram radicalmente a forma como os trabalhadores se comunicam e recebem informações. Mario alertou para o fato de que a classe trabalhadora hoje prefere conteúdos curtos e acessíveis, como vídeos rápidos e comunicações diretas via aplicativos e redes sociais,



**Sindicato Nacional dos Trabalhadores
de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário**

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

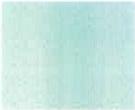
o que contrasta com o modelo tradicional sindical baseado em discursos e panfletos extensos. Para ele, a resistência a essa modernização por parte de alguns dirigentes sindicais mais antigos dificulta o engajamento dos trabalhadores mais jovens, que são essenciais para a continuidade e fortalecimento do movimento sindical. Assim, ele defendeu com ênfase que os sindicatos precisam adotar estratégias modernas de comunicação digital, investindo em redes sociais, aplicativos próprios e materiais multimídia breves e objetivos. **Formação Sindical como Estratégia Fundamental.** Mario também abordou com destaque a importância da formação sindical. Segundo ele, não basta apenas conhecer a história do sindicalismo ou das greves passadas, mas é essencial preparar dirigentes que saibam dialogar com as novas gerações e que sejam capazes de entender e representar as diversidades de gênero, raça e orientação sexual presentes na classe trabalhadora atual. Ele relatou experiências positivas realizadas no Sinergia CUT e na Escola Sindical da CUT-SP, onde há esforços para desenvolver uma formação sindical mais plural, inclusiva e conectada com as demandas contemporâneas dos trabalhadores. Destacou a necessidade de atrair jovens para a luta sindical, renovando quadros dirigentes para assegurar a continuidade das lutas e a relevância social do sindicalismo. **Conclusão e Desafios Futuros.** Mario concluiu reforçando que o futuro do sindicalismo depende da capacidade de modernização tecnológica, da comunicação ágil e eficaz com a base, da aproximação com movimentos sociais e comunidades, e especialmente da formação política e social dos dirigentes sindicais, que precisam refletir as mudanças da sociedade contemporânea. Para ele, o caminho para superar os atuais desafios das relações de trabalho passa por essa adaptação necessária e urgente do movimento sindical às novas formas de comunicação, formação e organização social. Mario encerrou sua fala enfatizando que investir na formação dos trabalhadores e trabalhadoras é o melhor caminho para fortalecer as lutas coletivas por direitos e justiça social. **Debate.** O debate realizado após as exposições da Professora Andréia Galvão e do sindicalista Mário Macedo abordou importantes questões sobre os desafios atuais do movimento sindical, sobretudo no contexto político e econômico brasileiro. Os participantes levantaram inquietações sobre a fragmentação social, as dificuldades de comunicação com trabalhadores precários ou informais e a necessidade urgente de modernização da atuação sindical. **Principais questões abordadas: 1) Dificuldades em dialogar com trabalhadores de plataformas digitais:** Um destaque importante do debate foi o levantamento de uma pesquisa recente do Datafolha, apontando que 40% dos motoristas e entregadores de aplicativos se identificam com a direita e 30% com a extrema-direita. A preocupação expressa foi como estabelecer um diálogo eficaz com esses trabalhadores que não se reconhecem como parte da classe trabalhadora, mas sim como empreendedores individuais, dificultando assim o desenvolvimento de uma consciência de classe coletiva. Em resposta, Andréia destacou a necessidade de escuta ativa, compreensão das demandas materiais desses trabalhadores e aproximação com suas novas formas organizativas,



**Sindicato Nacional dos Trabalhadores
de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário**

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

como as associações que os representam atualmente. Para ela, é essencial dialogar sem preconceitos ou disputas de representatividade, buscando alianças em vez de concorrências desnecessárias. **2) Fragmentação e renovação sindical** Os participantes concordaram que o movimento sindical enfrenta um momento delicado devido à fragmentação das categorias e à sociedade individualista. Questionaram como os sindicatos podem se adaptar para representar melhor uma base heterogênea, composta por trabalhadores com vínculos muito diversos. A discussão enfatizou a necessidade de rever a concepção sindical atual, considerada burocratizada, verticalizada e distante das bases, sugerindo que a renovação sindical precisa ocorrer não só na comunicação, mas também estrutural e conceitualmente, promovendo uma representação mais ampla e democrática. **3) Sindicalismo no contexto do governo Lula** Um ponto crítico destacado durante o debate foi a dificuldade do movimento sindical em definir claramente seu papel dentro de um governo de coalizão como o atual governo Lula. Os participantes mencionaram especificamente situações contraditórias, como o caso da Embrapa, onde, apesar de uma direção alinhada com os interesses trabalhistas indicada pelo atual governo, ainda persistem práticas neoliberais, como a terceirização e a precarização das relações de trabalho. Foi colocado o dilema do movimento sindical sobre como criticar e pressionar um governo que, teoricamente, é aliado, mas que adota práticas contrárias aos interesses dos trabalhadores. **4) Desafios tecnológicos e novas formas de comunicação.** Os participantes enfatizaram o desafio que a internet e as redes sociais representam para o movimento sindical. Mario Macedo reforçou a urgência dos sindicatos se modernizarem tecnologicamente, adotando novos meios de comunicação (redes sociais, vídeos curtos, aplicativos), para aproximar-se da juventude e dos trabalhadores atualmente não representados. Andréia reforçou essa necessidade, afirmando que os sindicatos precisam investir em comunicação para alcançar trabalhadores dispersos geograficamente, como motoristas e entregadores por aplicativos. **5) Formação sindical como ferramenta essencial.** A questão da formação foi repetidamente destacada como fundamental para o enfrentamento dos desafios atuais. Foi mencionada a necessidade de formação ampla e inclusiva, que permita aos dirigentes sindicais dialogar com a diversidade da base trabalhadora, incluindo jovens, mulheres, negros, LGBTQIA+ e outros grupos historicamente excluídos. Ambos os palestrantes defenderam que apenas através de uma formação robusta e adequada às demandas contemporâneas será possível enfrentar a fragmentação social e a precarização crescente das relações trabalhistas. **6) Combate à burocratização sindical e estímulo à participação popular.** Os presentes criticaram fortemente o modelo sindical atual, burocrático e verticalizado, que afasta a base dos sindicatos. Foi ressaltado que, para superar isso, é fundamental investir na construção de um sindicalismo cidadão, próximo das demandas concretas da comunidade, como saúde, educação e moradia. Exemplos concretos citados pelos participantes envolveram atividades junto a conselhos locais de políticas públicas e



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

movimentos sociais, criando laços que ultrapassam os limites do ambiente formal de trabalho. **8) Combate ao neoliberalismo e construção de um projeto progressista.** Durante o debate, foi destacada a importância de se fazer uma disputa ideológica mais explícita contra o neoliberalismo, já que este promove uma visão individualista e meritocrática, que dificulta o reconhecimento da necessidade de proteção social e direitos trabalhistas. Houve consenso de que o movimento sindical precisa articular um projeto político progressista mais unificado, que integre diferentes pautas sociais— como questões de gênero, raça e sexualidade—em uma agenda comum que seja capaz de fortalecer o movimento sindical e combater ideologias extremistas e o fascismo que ainda persiste no contexto atual. **9) Terceirização: posição clara e firmeza na defesa do emprego formal.** Uma questão prática destacada foi o desafio imediato da terceirização na Embrapa. Ficou claro que há a necessidade urgente de o movimento sindical assumir uma posição firme e contrária a qualquer avanço neoliberal que precarize ainda mais as relações trabalhistas dentro das instituições públicas. Foi sugerido que os sindicatos devem rejeitar categoricamente qualquer flexibilização ou aceitação passiva da terceirização, pois isso enfraquece profundamente as conquistas históricas dos trabalhadores. **10) Conclusão do Debate.** Ao fim do debate, ficou evidente que o movimento sindical brasileiro se encontra diante de múltiplos desafios: políticos, ideológicos, estruturais e tecnológicos. As saídas propostas pelos debatedores incluíram a urgente renovação geracional e tecnológica do movimento, investimento intenso em formação sindical, um diálogo amplo e inclusivo com diferentes setores sociais, e a defesa de um projeto nacional progressista, claramente articulado e capaz de confrontar o avanço do neoliberalismo. Ficou evidente que os sindicatos precisam retomar uma relação orgânica com a classe trabalhadora e a comunidade, especialmente os segmentos mais precarizados, para reconquistar sua capacidade de mobilização, influência política e relevância social. A combinação desses elementos foi apontada como caminho para reconstruir a força coletiva dos trabalhadores no Brasil. **Mesa: Questões internas: Plano de saúde/Casembrapa e Ceres** - Composição da mesa: Adilson F. Mota, Diretor Jurídico do SINPAF; Felipe Pilger (membro do Conselho de Administração da Casembrapa - indicado pelo SINPAF); e Dra. Gláucia Costa, LBS Advogados e Advogadas. O Sr. Adilson Mota explicou que, nesse momento, seriam abordados problemas internos específicos, ligados diretamente à realidade da instituição, destacando especialmente o tema da "Casembrapa" e outros assuntos de interesse da organização. Foi ressaltado que havia atraso em relação ao horário inicialmente previsto, sendo enfatizada a necessidade de uma organização mais precisa do tempo para garantir que todos os temas previstos fossem abordados de forma satisfatória. O discurso proferido por Felipe Pilger na plenária tratou, sobretudo, das questões internas relacionadas à Casembrapa, especialmente sobre gestão administrativa, reforma estatutária e sustentabilidade financeira do plano de saúde dos empregados da Embrapa. Como representante indicado pelo SINPAF no Conselho de Administração da Casembrapa, Felipe



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

apresentou um panorama geral das discussões recentes, destacando os principais desafios, conquistas e perspectivas atuais. Inicialmente, Felipe demonstrou satisfação em retornar à plenária, ressaltando o valor dessas oportunidades para troca de ideias e fortalecimento da categoria. Logo após a introdução, ele se concentrou na discussão em torno da reforma do estatuto da Casembrapa. Destacou que, anteriormente, houve uma tentativa de reforma que implicaria mudanças em mais de 80% do documento original, priorizando interesses da Embrapa e do governo, o que poderia prejudicar diretamente os beneficiários do plano. Com bastante ênfase, ele relatou a atuação do sindicato nesse processo, frisando que, graças à resistência e ao esforço dos representantes, conseguiram praticamente suspender a reforma inicial proposta pela gestão anterior da Casembrapa. Ele informou ainda que recentemente a diretoria da Casembrapa buscou novamente o diálogo com o sindicato, reconhecendo sua importância no processo, propondo agora uma discussão mais restrita e objetiva. Felipe destacou que o sindicato propôs uma abordagem diferente, sugerindo que a empresa listasse no máximo 15 pontos considerados essenciais, permitindo uma análise mais aprofundada e coerente com os reais interesses dos beneficiários, evitando desgastes desnecessários como os ocorridos no passado. Outro tema central tratado na fala foi o da "cláusula de paridade das contribuições" prevista no acordo coletivo, que determina que a contribuição para o plano de saúde seja dividida igualmente entre empregados e empregador. Felipe destacou que, atualmente, houve uma inversão desfavorável aos empregados, que estão arcando com 55% dos custos contra 45% da empresa, cenário incompatível com o que foi acordado coletivamente. Assim, enfatizou a necessidade urgente de corrigir essa distorção, apontando que o sindicato está atento e, se necessário, tomará medidas jurídicas para garantir o cumprimento integral do acordo coletivo. Pilger também abordou a sustentabilidade financeira da Casembrapa. Ele destacou uma possibilidade histórica e inédita: a eventual redução das contribuições dos empregados ou, no mínimo, o não reajuste das mesmas. Isso se deve ao fato de que as contribuições atuais já seriam suficientes, situação que nunca havia acontecido antes nos quase 15 anos em que está na empresa. Porém, alertou que a demora da Embrapa em se posicionar oficialmente sobre essa questão pode implicar em outros desafios financeiros, que eventualmente poderiam inviabilizar essa perspectiva positiva. Além disso, Felipe apontou como preocupação o envelhecimento progressivo dos beneficiários, mencionando o próprio exemplo pessoal (completou recentemente 40 anos e é considerado um dos mais jovens na instituição). Ele expôs claramente a preocupação com a falta de renovação de pessoal na Embrapa, ressaltando que, anualmente, há perda expressiva de beneficiários no plano devido à aposentadoria, algo em torno de 500 a 800 vidas a menos por ano. Essa realidade aumenta significativamente os custos operacionais do plano de saúde, uma vez que os usuários mais antigos tendem a utilizar mais intensivamente os serviços de saúde. Nesse sentido, enfatizou que a realização de concursos públicos poderia trazer uma necessária renovação e sustentabilidade ao



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

plano, com a entrada de novos funcionários, mais jovens, que utilizariam menos os serviços inicialmente. Entretanto, demonstrou receio de que a empresa tente oferecer aos novos concursados um plano de saúde alternativo, possivelmente mais caro e menos vantajoso, prejudicando a sustentabilidade de longo prazo do atual sistema. Felipe reforçou a posição do sindicato de que os novos contratados devem ter acesso ao mesmo plano que os empregados atuais, garantindo uma oxigenação financeira e geracional. Ao final, Felipe destacou que o sindicato permanece alerta e engajado nessas questões, reforçando a importância da participação dos empregados nos debates sobre esses temas, já que a sustentabilidade da Casembrapa afeta diretamente a qualidade de vida e as condições financeiras de todos os beneficiários. Felipe concluiu disponibilizando-se para ouvir as demandas, críticas e sugestões dos presentes, reforçando o caráter aberto e democrático das discussões promovidas pelo sindicato. **Debate:** No debate, surgiram perguntas pontuais, especialmente relacionadas ao prazo de resposta da Embrapa quanto ao cumprimento dessa cláusula de paridade, às mudanças recentes na legislação sobre a entrada de novos empregados na Casembrapa, e sobre a situação dos aposentados, principalmente em relação ao impacto financeiro que ocorre após a aposentadoria. Felipe esclareceu que, embora não exista ainda um prazo definitivo anunciado, há uma expectativa de que, em breve (provavelmente nos próximos meses), a Embrapa e a Casembrapa possam sentar-se com o sindicato para discutir e tomar decisões finais sobre o estatuto e a questão da paridade financeira. Sobre a legislação mencionada em uma das perguntas, Felipe pontuou que ainda é necessário verificar como será exatamente a adesão dos novos empregados, especialmente quanto à possibilidade de a Embrapa ofertar planos diferenciados ou de mercado, em vez de garantir o acesso ao mesmo plano atual. Isso, segundo ele, pode trazer dificuldades financeiras ao plano e reduzir sua sustentabilidade. Em relação ao levantamento sobre aposentados que continuam na Casembrapa após a aposentadoria, Felipe admitiu que, apesar da Casembrapa não ter um levantamento completo e específico divulgado, possui informações internas sobre a permanência ou não dos aposentados no plano. Ele reconheceu que muitos aposentados deixam o plano devido ao alto custo, que aumenta após a aposentadoria. Uma preocupação central do sindicato, segundo Felipe, é exatamente essa: encontrar uma forma de garantir que aposentados permaneçam na Casembrapa sem ter aumentos expressivos na contribuição. Felipe também esclareceu sobre a cobrança retroativa da contribuição ao plano após reajustes salariais. Destacou que, anteriormente, o Conselho optou por não cobrar essa retroatividade, absorvendo custos por conta das reservas financeiras. Porém, isso gerou apontamentos negativos em auditorias internas, criando a necessidade de rever essa postura. Neste ano, portanto, a cobrança retroativa voltou a ocorrer, não por escolha simples do Conselho, mas por uma imposição legal, já que o reajuste salarial retroativo obrigatoriamente implica em aumento retroativo das contribuições ao plano. Ao final, Felipe reforçou que todas essas decisões têm como prioridade o interesse dos beneficiários da



**Sindicato Nacional dos Trabalhadores
de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário**

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

Casembrapa, destacando que o sindicato continuará atento, utilizando recursos jurídicos quando necessário, para garantir os direitos estabelecidos no acordo coletivo e defender os beneficiários. Em síntese, a apresentação e o debate com Felipe Pilger trouxeram clareza sobre questões financeiras sensíveis à categoria, evidenciando desafios e estratégias que vêm sendo adotadas pelo SINPAF na defesa dos interesses dos trabalhadores e aposentados da Embrapa. A apresentação da Dra. Gláucia Costa trouxe uma abordagem esclarecedora e crítica sobre a Previdência Complementar Fechada, com destaque para o caso específico da Ceres, que administra o plano dos trabalhadores da Embrapa. Sua explanação teve o mérito de simplificar um tema complexo, porém sem perder profundidade, possibilitando maior compreensão do público quanto aos desafios, riscos e implicações jurídicas e financeiras relacionadas ao saudamento proposto pela Ceres. **Contextualização da Previdência Complementar Fechada.** A Dra. Gláucia iniciou explicando conceitos fundamentais sobre a previdência complementar fechada, ressaltando sua importância social e econômica como instrumento constitucional para garantir uma vida digna após a aposentadoria. Enfatizou que a Previdência Complementar funciona através do mutualismo, ou seja, todos contribuem para um fundo coletivo que, posteriormente, será utilizado para o pagamento das aposentadorias e complementações. Ela chamou atenção para a desinformação generalizada dos trabalhadores quanto a esse sistema, o que muitas vezes gera equívocos na compreensão do seu funcionamento, especialmente em comparação ao sistema público (INSS). **Funcionamento da Previdência Complementar.** Gláucia explicou que os recursos para pagamento das aposentadorias complementares vêm basicamente de três fontes: **1) Contribuições dos trabalhadores;** **2) Contribuições da empresa patrocinadora e 3) Rendimentos obtidos pelos investimentos realizados com esses recursos.** Esses rendimentos (terceira fonte) são especialmente importantes, pois garantem a sustentabilidade financeira dos planos no longo prazo. O grande desafio, segundo ela, é garantir que esses recursos estejam corretamente administrados, evitando situações futuras de déficit, que possam comprometer a aposentadoria dos participantes. **Problemas da Gestão e Riscos do Saudamento.** A partir desse panorama inicial, Gláucia apontou duas questões críticas enfrentadas pelos fundos de previdência complementar: **Segurança Jurídica:** Decisões equivocadas ou obscuras da patrocinadora ou da administração do fundo podem gerar passivos judiciais futuros, afetando diretamente o equilíbrio do plano. **Saúde Financeira:** A falta de transparência nas contas e na aplicação correta dos recursos pode resultar em déficits, comprometendo o pagamento futuro dos benefícios prometidos. Com relação à Ceres, ela apontou problemas sérios de transparência financeira, sobretudo quanto ao saudamento proposto, indicando que o suposto superávit anunciado pode ser ilusório ou artificial. Durante sua exposição, ela relatou um caso concreto, ocorrido na FUNCEF (Caixa Econômica Federal), no qual um passivo judicial não resolvido gerou um grande impacto negativo posteriormente ao saudamento. Essa analogia foi utilizada para destacar a importância da cautela na



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

análise das decisões atuais da Ceres. **Questionamentos específicos à Ceres.** Gláucia relembrou o episódio recente de sua participação numa plenária anterior, onde confrontou diretamente representantes da Ceres quanto à real situação financeira do fundo. Ela ressaltou o constrangimento dos representantes ao admitir que recursos pagos em excesso por alguns trabalhadores (os chamados “não-iminentes”) estavam sendo contabilizados como ativos para compor um suposto superávit, sem uma separação adequada desses valores. Isso, segundo ela, cria uma situação ilusória que pode ter graves consequências financeiras no futuro. **Pontos Críticos da Proposta de Saudamento.** Gláucia destacou ainda que o saudamento foi inicialmente proposto pela própria patrocinadora (Embrapa), gerando maior preocupação, já que essa iniciativa normalmente atende interesses da empresa patrocinadora e pode não coincidir com o interesse dos trabalhadores. Entre os principais riscos apontados por ela estão: Distribuição precipitada de um suposto superávit que pode não existir de fato. Existência de um passivo oculto relativo às contribuições excedentes dos trabalhadores, que pode gerar futuros questionamentos judiciais. Possível prejuízo à sustentabilidade financeira do plano, afetando a garantia do pagamento integral das aposentadorias complementares futuras. **Estratégia de Defesa e Ações Recomendadas.** Gláucia sugeriu uma postura ativa e crítica do sindicato (SINPAF) e dos trabalhadores, através da cobrança de informações mais detalhadas da Ceres e fiscalização rigorosa pela Previc (órgão responsável pela fiscalização das entidades de previdência complementar fechada). Destacou que, no atual cenário político, há uma oportunidade melhor para se obter respostas e fiscalização eficiente, em virtude das recentes mudanças ocorridas na Previc, agora mais abertas ao diálogo com trabalhadores. A advogada também frisou a necessidade urgente de educar e conscientizar os trabalhadores quanto ao funcionamento da previdência complementar fechada, permitindo que tomem decisões fundamentadas e que apoiem ações jurídicas e políticas necessárias para defender seus direitos e evitar problemas financeiros no futuro. Para finalizar, a Dra. Gláucia alerta os participantes quanto aos riscos envolvidos no saudamento proposto pela Ceres. Sua fala destacou claramente que o debate sobre o saudamento não pode ocorrer sem total transparência e sem a garantia de segurança jurídica e financeira aos trabalhadores. **Debate:** O debate subsequente à apresentação da Dra. Gláucia trouxe à tona preocupações profundas sobre o projeto de saudamento do plano de previdência complementar (Ceres) na Embrapa. As falas expuseram claramente o nível de insegurança, incerteza e preocupação que paira entre os trabalhadores e o sindicato sobre a viabilidade e as consequências desse processo. **Contexto da Preocupação com o Saudamento.** O debate revelou que a questão do saudamento gerou uma forte inquietação entre trabalhadores, especialmente após as primeiras informações vazadas sobre a proposta vinda da Embrapa Soja, desencadeando questionamentos sobre as reais motivações e consequências futuras. Ficou evidente que, desde o início, não houve transparência suficiente sobre o processo, o que levou à mobilização do



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

sindicato para buscar explicações. **As Incertezas Financeiras e Jurídicas do Saudamento.** Durante o debate, ficou claro que o principal problema enfrentado pelos trabalhadores é a falta de informações precisas e confiáveis por parte da Seres e da Embrapa sobre: **1) O real valor do suposto superávit:** Contradições apareceram em documentos internos, gerando dúvidas sobre a real situação financeira do plano. **2) Impacto futuro das contribuições excedentes dos trabalhadores iminentes** que já atingiram as condições para aposentadoria, mas continuam contribuindo sem benefícios adicionais. **3) Possibilidade de haver um passivo oculto,** o que prejudicaria significativamente o fundo no futuro, como ocorreu em outras instituições citadas (Funcef, por exemplo). Essa situação resultou em uma ação judicial movida pelo sindicato (SINPAF), visando obrigar a Ceres a fornecer essas informações de forma detalhada e transparente. **Divergência de Interesses entre "Iminentes" e "Não-Iminentes".** Um ponto destacado no debate foi a existência de um conflito interno dentro da própria categoria, dividido entre: **Iminentes:** Trabalhadores próximos da aposentadoria, que gostariam de interromper contribuições adicionais, entendendo que já cumpriram suas obrigações e que poderiam, teoricamente, se beneficiar de um saudamento, já que não precisariam mais contribuir com valores adicionais significativos. **Não iminentes,** que veem o saudamento com preocupação e desconfiança, acreditando que serão prejudicados futuramente por essa decisão, inclusive temendo que o valor previsto originalmente para aposentadoria possa não ser alcançado pelo modelo híbrido (complementação via Flex). **Esclarecimentos da Dra. Gláucia.** Diante das perguntas feitas, a Dra. Gláucia foi clara ao pontuar que: **O processo de saudamento não está consolidado e pode ser interrompido ou revisado, principalmente em instâncias superiores como a Previc e a SEST.** Ela citou precedentes claros onde decisões internas favoráveis ao saudamento foram revertidas pela SEST, oferecendo, assim, uma esperança concreta de intervenção. **Os riscos legais e financeiros do saudamento, especialmente sobre as dívidas futuras que poderiam surgir devido a questionamentos judiciais sobre valores indevidamente retidos,** não estão adequadamente esclarecidos, e isso representa uma grande vulnerabilidade. **A importância do trabalho da Previc na fiscalização,** destacando que o contexto atual da Previc (com novos dirigentes, após mudanças políticas) é favorável à atuação dos trabalhadores, possibilitando uma pressão maior para transparência nas informações fornecidas. **Mobilização do Sindicato e Contratação de Especialistas.** Uma medida concreta adotada pelo SINPAF foi a contratação de uma atuária independente, recomendada por especialistas, para realizar uma auditoria profunda nas contas apresentadas pela Ceres. A ideia é obter uma análise técnica isenta, que verifique se o fundo está realmente saudável ou se existem ativos fictícios e passivos escondidos. Essa ação foi mencionada como fundamental, já que os trabalhadores não podem depender exclusivamente das informações fornecidas pela Ceres ou pela própria Embrapa. **Preocupações Específicas dos Participantes.** No debate, surgiram questionamentos práticos como: **1) A possível devolução de contribuições adicionais**



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

feitas por trabalhadores já aposentados, mostrando um receio legítimo quanto ao destino dos recursos que foram aportados em excesso. 2) **A preocupação quanto ao impacto nas aposentadorias dos "não iminentes"**, já que as novas regras poderiam reduzir significativamente os benefícios esperados por estes trabalhadores, afetando diretamente suas condições futuras de vida. **Conclusão:** O debate evidenciou que o saúdamento é um assunto extremamente sensível, não apenas pelas implicações financeiras, mas especialmente pela desconfiança gerada pela ausência de informações claras. A mobilização do sindicato foi elogiada como necessária e fundamental, mostrando que a categoria está ciente da complexidade e da importância das ações coletivas para defender seus direitos previdenciários. A fala da Dra. Gláucia, complementada pelos comentários do Felipe e outros participantes, reforçou a importância de que todos, tanto iminentes quanto não iminentes, compreendam o real funcionamento do plano de previdência, garantindo mobilização suficiente para pressionar por uma solução justa, transparente e segura. **Mesa: Inclusão social, combate à fome e a luta pela diminuição das desigualdades sociais** - Composição da mesa: Coordenação: Franciana Volpato, Diretora Políticas Sociais do SINPAF, José Maria Guzman Ferraz (professor da Universidade de Araraquara - participa também do Grupo de Estudos de Agrobiodiversidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário); Juarez Bispo Matheus (presidente da Associação de Defesa e Valorização dos Idosos Aposentados e Pensionistas de Campinas - participa também do Grupo de Trabalho da Horta Cozinha Solidária do Jardim São Marcos, em Campinas) e Roberto Hélvio. A fala do Sr. José Maria, durante o debate apresentado, tocou em pontos cruciais que vão desde a questão da segurança alimentar até o papel da Embrapa no cenário brasileiro atual. De forma direta e incisiva, ele apresentou uma visão crítica sobre a produção agrícola brasileira, o papel das grandes corporações, o uso abusivo de agrotóxicos, e as implicações sociais e ambientais relacionadas a esse modelo de agricultura dominante no país. José Maria começou destacando a incoerência entre a alta produção de alimentos no Brasil e o grave problema da fome que ainda persiste. O palestrante ressaltou que o problema não é falta de produção, já que o Brasil produz alimentos suficientes para alimentar cerca de um bilhão de pessoas, mas sim a péssima distribuição de renda e recursos. Ele trouxe números preocupantes, mencionando que aproximadamente 33 milhões de brasileiros enfrentam fome severa, um dado alarmante que coloca em xeque o discurso oficial de que o país é um exemplo global no combate à fome. Outro ponto crucial destacado por José Maria é a quantidade absurda de alimentos desperdiçados no país, cerca de 30% do total produzido, o que demonstra claramente que a fome no Brasil é um problema de ordem política e econômica, não de insuficiência produtiva. Durante sua fala, José Maria criticou fortemente o modelo de produção centrado no agronegócio e suas consequências para o meio ambiente e para as comunidades tradicionais. Segundo ele, o agronegócio brasileiro gera riqueza econômica superficial, sem redistribuir renda e sem garantir segurança alimentar à população mais pobre. Ele



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

apontou com ênfase a pouca contribuição do agronegócio para as receitas públicas, especialmente em termos previdenciários e tributários. Utilizando o exemplo das plantações de eucalipto, José Maria ilustrou como esse modelo agroindustrial cria "desertos verdes", destruindo ecossistemas inteiros e prejudicando comunidades tradicionais, especialmente indígenas e quilombolas. Além disso, apontou que o custo baixo da produção agrícola brasileira está diretamente relacionado à legislação permissiva e às terras baratas obtidas muitas vezes com métodos violentos. Outro aspecto abordado detalhadamente foi o elevado uso de agrotóxicos no Brasil. José Maria foi contundente ao mostrar que o país utiliza quantidades muito superiores às permitidas internacionalmente, citando especificamente o caso do herbicida glifosato, que é autorizado no Brasil em níveis absurdamente mais altos que em outros países. Ele destacou também que muitos desses produtos químicos são proibidos em outros lugares do mundo, devido aos riscos que representam à saúde humana e ao meio ambiente. José Maria deixou claro que essa realidade é alarmante, pois coloca em risco não apenas o meio ambiente, mas diretamente a saúde da população brasileira. Nesse ponto, ele ironizou o lema conhecido "agro é tech", alertando que essa tecnologia não traz segurança alimentar ou sustentabilidade real, mas sim lucros imensos para poucas corporações. José Maria chamou atenção para as graves consequências sociais que o atual modelo agrícola traz consigo, especialmente nas regiões rurais do Brasil. Destacou conflitos frequentes envolvendo violência contra comunidades indígenas e quilombolas, expulsas de suas terras para a expansão do agronegócio. Ele relatou casos específicos de comunidades que foram deslocadas à força ou violentamente expulsas das suas terras por conta da pressão do agro e das grandes corporações. Também destacou a consequência ambiental desse processo, como a destruição do Cerrado e a ameaça à Amazônia, especialmente com o avanço das monoculturas. Com um tom crítico construtivo, José Maria reforçou o papel estratégico que a Embrapa deveria cumprir para garantir segurança alimentar real, priorizando pesquisas que atendam as necessidades sociais, fortalecendo a agricultura familiar, que é a que realmente produz a maioria dos alimentos consumidos no país. Criticou a orientação atual das pesquisas, sugerindo que é necessário repensar urgentemente a direção dos investimentos da empresa pública. Segundo ele, em vez de favorecer monoculturas voltadas à exportação, é essencial priorizar a produção voltada para o mercado interno e alimentos básicos, como feijão, mandioca, e milho tradicional. Além disso, defendeu a necessidade urgente de políticas públicas para preservação das sementes crioulas e a redução da dependência tecnológica de sementes patenteadas por multinacionais. No final de sua fala, José Maria trouxe algumas sugestões concretas para reverter essa situação, como: **Redução do uso de agrotóxicos**, promovendo alternativas sustentáveis e agroecológicas. **Fortalecimento da agricultura familiar**, que realmente produz comida para a população brasileira. **Revisão da política de patentes**, especialmente das sementes, para garantir soberania alimentar. **Aumento do investimento público em pesquisa**, destacando que, apesar da



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

grande produção agrícola do país, o Brasil investe pouco em comparação a outras potências agrícolas. Ele concluiu sua fala enfatizando que a luta pela segurança alimentar passa necessariamente por enfrentar essas questões fundamentais. Ressaltou ainda que é preciso levar essa discussão para a população geral, não restringindo a especialistas ou dirigentes sindicais, mas criando consciência ampla entre trabalhadores e sociedade. A fala de Juarez Bispo Matheus apresenta uma análise crítica e envolvente sobre questões sociais urgentes no Brasil, especialmente relacionadas ao combate à fome, ações comunitárias, e a necessidade de mobilização popular para mudanças estruturais. Vou discorrer com detalhes sobre os principais pontos abordados pelo palestrante, destacando a sua trajetória histórica, experiências práticas e a visão política sobre o papel do Estado e da sociedade civil nesse cenário.

Trajatória Sindical e Luta Histórica. Juarez abriu seu discurso recordando sua longa trajetória na militância sindical, destacando que participou de sua primeira greve há 40 anos, em outubro dos anos 80. Ele enfatizou o papel histórico dos movimentos sindicais na resistência e na construção de direitos sociais no país. A referência ao aniversário da sua primeira greve é simbólica, pois marca uma vida dedicada à luta social e à defesa dos direitos dos trabalhadores. Ele também mencionou seu envolvimento com a CUT (Central Única dos Trabalhadores) desde os primórdios da central, ressaltando a importância histórica da organização sindical no enfrentamento das desigualdades no Brasil.

Contexto Histórico e Retorno da Fome. Juarez lembrou o contexto dos anos 90, com destaque para a campanha do Betinho, período em que o Brasil enfrentava grave crise alimentar e social. Destacou a conquista histórica alcançada em 2014, durante os governos de Lula e Dilma, quando o país conseguiu retirar o Brasil do mapa da fome. Contudo, ele destacou, com tom crítico e incisivo, como rapidamente o país retrocedeu, especialmente nos últimos quatro anos, durante o governo Bolsonaro. Criticou fortemente as políticas adotadas nesse período, que levaram ao retorno acelerado da fome, mesmo antes da pandemia, que posteriormente apenas agravou a situação.

Experiência Comunitária de Enfrentamento à Fome em Campinas. Um dos pontos mais fortes da apresentação do Sr. Juarez foi o relato detalhado da experiência prática e bem-sucedida da Cozinha Solidária em Campinas, localizada na região do São Marco, criada durante a pandemia. Ele explicou como esse projeto surgiu diante da identificação de que muitas famílias não tinham sequer gás para cozinhar os alimentos recebidos em cestas básicas. A cozinha solidária foi uma iniciativa que reuniu: Igrejas locais, especialmente com apoio da Igreja Católica e do padre Antônio; Movimentos sociais como o MST; Sindicatos locais e comunidade civil organizada. O palestrante destacou o papel decisivo dessa rede de solidariedade que, sem nenhum apoio inicial do poder público, foi capaz de entregar 93 mil refeições em 2022 e cerca de 500 refeições diárias em 2023. Um aspecto relevante dessa iniciativa foi perceber que não bastava apenas fornecer alimentos, mas que era necessário trabalhar também a conscientização e o empoderamento das pessoas para que elas se tornassem protagonistas de mudanças



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

sociais efetivas. **Atividades Complementares e Empoderamento Comunitário.** Juarez destacou ações específicas como estratégias para garantir uma transformação social mais profunda nas comunidades, envolvendo: **Oficinas de pão:** uma alternativa prática que gerou renda para muitas famílias participantes. **Hortas Comunitárias:** ele ressaltou a importância dessas iniciativas, especialmente por proporcionarem capacitação técnica à comunidade e promoverem uma alimentação saudável. Destacou inclusive a parceria potencial com instituições como a Embrapa, que podem fornecer conhecimento técnico valioso. **Atividades com escolas e crianças:** Juarez valorizou as ações que envolvem crianças, com atividades práticas como plantio e colheita nas hortas, contribuindo para formação cidadã e alimentar desde a infância. **Bazar Solidário:** uma atividade importante para a sustentabilidade financeira do projeto, além de promover uma maior integração e conscientização social. Essas práticas demonstraram resultados não apenas econômicos, mas sociais, fortalecendo vínculos comunitários e despertando a conscientização das pessoas sobre alimentação e cidadania. **Crítica ao Modelo Atual de Produção e Agricultura.** Juarez realizou uma crítica enfática ao atual modelo econômico e produtivo brasileiro, especialmente ao agronegócio. Denunciou claramente o papel contraditório do setor agrícola brasileiro: um dos maiores produtores mundiais de alimentos, porém incapaz de eliminar a fome doméstica, devido ao foco excessivo na produção para exportação. Ele fez uma crítica dura à Lei Kandir, implementada em 1996, que estimulou excessivamente as exportações de commodities agrícolas, levando à concentração da produção em soja e milho, deixando de lado alimentos fundamentais como arroz, feijão e hortaliças. Nesse contexto, ele destacou que, atualmente, o Brasil importa arroz, enquanto exporta milhões de toneladas de grãos, sem beneficiar diretamente a população brasileira. Juarez destacou, portanto, a necessidade urgente de rever a política tributária, especialmente no âmbito do agronegócio, como uma ferramenta estratégica para combater a desigualdade social e garantir segurança alimentar. **Mobilização Social e Reforma Política.** Juarez enfatizou que, para as mudanças ocorrerem, especialmente aquelas que dependem do Congresso Nacional, é imprescindível uma forte mobilização social. Ele ressaltou que os movimentos sociais, sindicatos e sociedade civil precisam ocupar novamente as ruas e pautar politicamente o enfrentamento da fome e a distribuição de renda. Para ele, o sucesso dos governos anteriores de Lula e Dilma no combate à fome deve servir como base para medidas mais ousadas agora, com investimentos mais expressivos na reforma agrária e agricultura familiar. O palestrante sugeriu que, se o governo Lula destinasse pelo menos 30% dos recursos investidos no agronegócio para fortalecer a agricultura familiar e a reforma agrária, seria possível eliminar a fome rapidamente no país. **A Situação dos Idosos e das Crianças.** Juarez chamou atenção para a situação vulnerável dos idosos, destacando que muitos estão em situação precária mesmo recebendo aposentadoria. Explicou que muitos aposentados recebem um salário-mínimo, vivem em condições precárias, precisam sustentar filhos e netos, e acabam recorrendo à informalidade para



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

complementar sua renda. Para ele, o aumento dos custos com alimentação afeta especialmente idosos e crianças, que são mais vulneráveis à insegurança alimentar. Juarez ressaltou a importância de políticas públicas específicas para esses grupos, garantindo não apenas a alimentação, mas uma vida digna. **A Importância das Eleições Municipais e a Participação Popular.** Por fim, o palestrante ressaltou que o momento eleitoral é estratégico para aprofundar o debate sobre a fome e cobrar compromissos claros de candidatos a prefeitos e vereadores em relação às políticas sociais. Ele destacou que os municípios precisam assumir maior protagonismo na construção de políticas públicas que enfrentem efetivamente os problemas sociais locais, citando como exemplo as hortas comunitárias e projetos de geração de renda. Para finalizar, Juarez Bispo se destaca pela articulação de ideias com uma visão prática e fundamentada na experiência comunitária real. Ele demonstrou que é possível, mesmo diante das dificuldades econômicas e políticas, criar ações efetivas que combatam a fome, fortaleçam o empoderamento comunitário e mobilizem politicamente a sociedade em torno de um projeto coletivo de transformação social. Juarez deixa claro que o papel de sindicatos, movimentos sociais e sociedade organizada é fundamental para impulsionar mudanças profundas na realidade brasileira, especialmente se o objetivo for uma sociedade mais justa, sustentável e sem fome. Para finalizar as palestras desta mesa, com a palavra o Sr. Roberto Hélvio. Roberto iniciou sua fala destacando sua trajetória pessoal dentro do assentamento Milton Santos, localizado em Americana-SP, que existe há 18 anos. Ele mora lá há 16 anos, enfatizando que cresceu praticamente dentro desse contexto de resistência e trabalho pela terra, indicando uma conexão forte e histórica com o MST e com as lutas sociais rurais. Ele enfatiza a importância histórica e social do assentamento Milton Santos como espaço de resistência e produção alternativa em meio ao contexto adverso do agronegócio predominante na região. **Importância do MST e combate às desigualdades sociais.** Roberto ressaltou a importância da militância no MST como uma ferramenta essencial na luta contra as desigualdades sociais. Ele lamentou o tratamento muitas vezes negativo dado ao MST pela mídia hegemônica, destacando que, ao contrário do que é frequentemente retratado, o MST tem desempenhado papel fundamental no apoio às comunidades e às famílias em situação de vulnerabilidade social. Ele destaca que o MST não é apenas uma luta pela terra, mas um movimento amplo que inclui valores culturais, educação, segurança alimentar e luta contra as desigualdades sociais. **Terra, Arte e Pão: uma palavra de ordem.** Roberto enfatizou a importância simbólica e prática da palavra de ordem do movimento: "**por terra, arte e pão**". Para ele, essa frase resume perfeitamente o objetivo do MST, que vai além do acesso à terra. Inclui a valorização da arte, do conhecimento, da cultura e do direito humano básico à alimentação. Para ele, essa luta é tanto concreta quanto simbólica, pois inclui o sonho e o direito de cada pessoa ter uma vida digna. **Relação entre reforma agrária e produção de alimentos.** Roberto citou um dado relevante, apontando que, segundo a CPI do MST, uma reforma agrária efetiva não precisaria sequer interferir diretamente



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

nas terras utilizadas pelo agronegócio. O país teria terras suficientes para garantir alimentos saudáveis às famílias brasileiras se fizesse uma redistribuição justa e produtiva das terras improdutivas. Porém, ele destaca o desinteresse do poder público e da elite econômica, que não têm interesse real em acabar com as desigualdades.

Parcerias e rede de apoio. Roberto destacou a importância de parcerias locais e institucionais para o sucesso do assentamento e suas iniciativas. Citou especificamente a parceria com a Embrapa, universidades locais (como a Unicamp e o Instituto Federal), e organizações comunitárias, como a comunidade São Marco, que auxiliam diretamente no apoio técnico, na conscientização e no desenvolvimento de projetos sustentáveis. Essas parcerias possibilitam ao assentamento trabalhar com mais qualidade técnica, ter orientação para o uso correto dos recursos naturais (como a água), e implementar práticas sustentáveis, especialmente diante da ameaça constante representada pela pulverização de agrotóxicos em propriedades vizinhas.

Convivendo com os agrotóxicos e ameaças à produção orgânica. Roberto levantou uma preocupação séria sobre o uso massivo de agrotóxicos nas plantações de cana que cercam o assentamento. Ele explicou como o assentamento acaba sendo afetado diretamente por essas práticas, mencionando que aviões, drones e helicópteros são frequentemente vistos pulverizando veneno próximo ao assentamento, colocando em risco a produção agroecológica e orgânica desenvolvida pela comunidade.

Importância da água e sustentabilidade ambiental. Roberto destacou o projeto de resgate e valorização da água e dos rios locais como um grande sucesso da parceria entre o assentamento, a Embrapa e as universidades. Segundo ele, essa iniciativa gerou impactos tão positivos que hoje existe uma escola popular no assentamento, refletindo uma preocupação educativa ambiental que vai além da produção agrícola.

Valorização da cultura e diversidade no MST. Roberto também se apresentou como integrante do coletivo LGBT Sem Terra, reforçando a importância do MST enquanto espaço inclusivo e aberto à diversidade. Sua fala mostra que, para o movimento, a luta social vai além da questão econômica e inclui o respeito à diversidade sexual, à cultura e à identidade de todos os indivíduos. **Frase emblemática: “Se o campo não planta, a cidade não janta”.** Roberto concluiu sua fala destacando a importância da agricultura familiar como fonte real da alimentação diária das cidades brasileiras. Ele utilizou uma frase poderosa e simbólica:

“Se o campo não planta, a cidade não janta”. Com essa afirmação, ele chama atenção para a dependência real e direta que as cidades têm da agricultura familiar, enfatizando que é preciso apoiar os pequenos agricultores para garantir alimentos saudáveis, sustentáveis e acessíveis para toda a população brasileira. **Debate:** O debate ocorrido após as apresentações principais da mesa teve como eixo central a discussão em torno da agricultura familiar, o uso excessivo de agrotóxicos, as desigualdades sociais e raciais, o papel da ciência, especialmente da Embrapa, e as estratégias de mobilização social e sindical para enfrentar esses desafios. Seguem os pontos centrais debatidos e suas implicações: **1) Questionamento sobre o Papel da**



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

Ciência. Carmelita abriu o debate questionando diretamente o papel dos cientistas, especialmente dos pesquisadores da Embrapa, diante do uso massivo e perigoso dos agrotóxicos. Ela citou Bourdieu para lembrar que muitas vezes a ciência serve aos interesses do mercado e do capital, esquecendo seu papel social. Carmelita reforçou a necessidade urgente de que os cientistas assumam responsabilidades sociais mais claras e contundentes, especialmente frente ao uso indiscriminado de venenos que ameaçam diretamente a saúde pública e a segurança alimentar. Nesse sentido, ela mencionou a importância do evento realizado pela Unifesp contra os agrotóxicos e sugeriu que eventos similares deveriam se repetir frequentemente, como forma de conscientizar pesquisadores e instituições científicas. **2) A Questão do Agrotóxico e o papel da Embrapa.** A discussão sobre agrotóxicos permeou todo o debate. Carmelita, Joel e Vinícius destacaram como os agrotóxicos são um tema central para o debate não apenas ambiental, mas de direitos humanos, qualidade de vida e saúde coletiva. Questionou-se diretamente o papel da Embrapa, uma empresa pública que deveria ser protagonista na promoção da agroecologia e da agricultura familiar, mas que hoje parece mais alinhada aos interesses do agronegócio. Foi levantado o questionamento sobre como substituir o modelo agrícola atual, altamente dependente dos insumos químicos, por um modelo baseado na agroecologia ou agricultura orgânica. José Maria respondeu pontuando que já há experiências exitosas em grandes áreas, comprovando a viabilidade técnica e econômica da agroecologia e da agricultura orgânica em larga escala, desde que haja vontade política e científica de avançar nessa direção. **3) Desigualdade racial, inclusão e representatividade.** Um ponto especialmente forte do debate foi levantado por Zeca, que refletiu sobre a realidade do racismo estrutural nas instituições, incluindo a própria Embrapa. Ele lembrou que os negros permanecem ausentes dos cargos de poder e das altas posições acadêmicas e técnicas dentro da instituição, destacando que existe uma barreira estrutural, muitas vezes invisível, chamada por Cida Bento de "Pacto da Branquitude", que impede ou dificulta que pessoas negras ascendam social e profissionalmente. Essa questão foi amplamente reconhecida pelos participantes da mesa, sendo destacada a necessidade urgente de mudanças profundas nas políticas públicas e institucionais para superar tais desigualdades históricas. **4) Papel e atuação dos sindicatos.** Joel levantou a discussão sobre qual é o papel do sindicato (SINPAF), em aliança com outros movimentos sociais e organizações populares, para construir um projeto de sociedade mais justa, com foco no combate à fome e à desigualdade social. Destacou-se a importância do SINPAF não apenas defender a pauta tradicional de direitos trabalhistas, mas também atuar politicamente na construção de um projeto de país com agricultura familiar fortalecida e segurança alimentar para todos. Ficou claro, pela fala dos debatedores, que os sindicatos precisam estar fortemente ligados aos movimentos sociais para pressionar tanto a Embrapa internamente quanto os governos, para garantir recursos, políticas públicas e ações efetivas em benefício da maioria da população. **5) Agricultura familiar e reforma agrária.** Elvio ressaltou claramente as dificuldades enfrentadas pela



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

agricultura familiar no acesso ao crédito do Pronaf, distorcido pela predominância do agronegócio. Revelou-se o absurdo de que o financiamento destinado à agricultura familiar é muitas vezes desviado para culturas dominadas pelo agronegócio (soja, cana, gado). Propôs-se uma mobilização para investigar e corrigir esses desvios. Além disso, discutiu-se a importância estratégica da reforma agrária, não como uma simples redistribuição de terras, mas como projeto estruturante de combate à fome e promoção do desenvolvimento sustentável e socialmente justo. **6) Aliança estratégica e mobilização política.** Vinícius enfatizou que nenhuma mudança significativa ocorrerá sem pressão social, sem articulação estratégica e sem um projeto claro que una movimentos sociais, sindicatos, sociedade civil organizada e segmentos governamentais progressistas. Ele pontuou que a Embrapa precisa ser disputada politicamente, a fim de retirá-la da influência do agronegócio e colocá-la efetivamente ao lado das maiorias sociais, especialmente pequenos agricultores familiares e povos tradicionais. **7) Propostas e encaminhamentos.** Elvio sugeriu explicitamente uma parceria institucional entre o MDA-SP e o sindicato para promover projetos efetivos em defesa da agroecologia e da agricultura familiar. Essa proposta foi muito bem recebida e apontada como um encaminhamento concreto e urgente. Os representantes concordaram em estreitar contatos e avançar nessa direção. **8) Conscientização sobre polinizadores.** Outro ponto importante levantado foi sobre o grave impacto dos agrotóxicos sobre as abelhas e outros polinizadores essenciais para a segurança alimentar. Foi denunciada a existência de uma ONG financiada pela indústria agroquímica que pratica "greenwashing", enganando agricultores e a sociedade sobre os riscos reais dos pesticidas. Foi feita uma denúncia forte, destacando que a Embrapa e o CNPq já tiveram convênios com essa entidade controversa. **9) Conclusão sobre o debate.** O debate foi intenso e elucidativo, oferecendo um panorama claro das lutas e contradições internas e externas enfrentadas pelos movimentos sociais, pela ciência pública (representada pela Embrapa), pelos movimentos sindicais e por segmentos governamentais progressistas. O caminho apontado pelos debatedores envolve ações articuladas de dentro e fora das instituições, com pressão social constante, para transformar estruturalmente a agricultura, combater a fome, promover justiça social e garantir políticas públicas efetivas que beneficiem as maiorias e não apenas o agronegócio ou grupos minoritários. Ao final, ficou evidente que é necessário um esforço conjunto, engajado e politicamente consciente para avançar nessas pautas essenciais à sobrevivência, à dignidade e ao desenvolvimento justo e sustentável da sociedade brasileira. A Plenária reiniciou os trabalhos, no seu segundo dia as oito e trinta e nove minutos com a **Mesa: Diversidade (Gênero, raça e PCD, assédio moral e sexual)** - Composição da mesa: Coordenação: Franciana Volpato, Diretora Políticas Sociais do SINPAF, Luíse Helena Gisevedo Teixeira, advogada da LBS. Com a palavra, a Dra. Luíse trouxe uma abordagem aprofundada sobre um tema essencial e ao mesmo tempo bastante delicado no ambiente profissional, especialmente no setor público: **o assédio moral e**



**Sindicato Nacional dos Trabalhadores
de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário**

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

sexual. Em uma conversa clara, informativa e objetiva, Luíse abordou os conceitos, as práticas mais comuns, os desafios enfrentados pelas vítimas e as possibilidades jurídicas e sociais para combate efetivo a essas situações. **Conceito e Contexto do Assédio Moral e Sexual.** A palestrante iniciou explicando que o assédio moral e sexual são práticas presentes de forma constante nos ambientes de trabalho, em especial no serviço público, devido à complexidade dos relacionamentos hierárquicos e à dificuldade das vítimas em denunciar tais situações. Segundo ela, um dos maiores problemas é a dificuldade das pessoas em identificar, reconhecer e levar adiante denúncias contra essas práticas, já que frequentemente as situações pioram para quem decide denunciá-las. Luíse reforçou que o assédio não é um evento isolado, mas um método sistemático e reiterado para obter uma vantagem ou causar algum tipo de prejuízo ao trabalhador, seja ele moral ou mesmo material. **O que é Assédio Moral?** Luíse conceituou o assédio moral como uma prática contínua e reiterada, na qual alguém utiliza estratégias que visam obter uma vantagem indireta—por exemplo, levar um trabalhador estável a pedir demissão devido à pressão sofrida. Ou seja, o assédio não acontece como um ato isolado, mas é uma prática constante e prejudicial à vítima, com consequências sérias como adoecimento psicológico e físico. **Exemplos frequentes de assédio moral discutidos por Luíse:** 1) Isolamento social proposital dentro do ambiente de trabalho; 2) Mudanças abruptas e injustificadas no local ou horário de trabalho; 3) Demandas excessivas ou cobranças exageradas, incompatíveis com a função ou cargo do empregado; 4) Desvalorização constante e crítica depreciativa do trabalho; 5) Boicote a projetos ou falta deliberada de apoio e recursos; 6) Situações humilhantes ou constrangedoras, como piadas e comentários depreciativos relacionados a raça, gênero ou orientação sexual; 7) Ameaças veladas de perda do cargo ou redução de oportunidades. Essas práticas não apenas afetam a dignidade dos trabalhadores como também criam um ambiente laboral tóxico, prejudicando diretamente a saúde mental e a produtividade. **Sobre o assédio sexual.** Luíse também trouxe esclarecimentos importantes sobre assédio sexual. Diferentemente do assédio moral, o assédio sexual não precisa ser recorrente para ser caracterizado juridicamente. Um único episódio já é suficiente para enquadramento legal e criminal. O assédio sexual consiste numa tentativa de obter vantagem sexual, explícita ou implicitamente, e pode ocorrer tanto por contato físico quanto por meio virtual (mensagens, e-mails ou redes sociais). É um crime previsto na legislação brasileira, passível de sanções criminais e civis. A palestrante ressaltou especialmente a vulnerabilidade das mulheres nesse contexto, pontuando que as mulheres negras, em especial, sofrem formas ainda mais graves de discriminação, devido à interseção entre racismo e sexismo, enfrentando frequentemente situações de hipersexualização e agressões verbais ou psicológicas no trabalho. **Quem são as vítimas mais frequentes do assédio?** Luíse mencionou grupos que sofrem mais frequentemente com o assédio no ambiente profissional: 1) Mulheres, especialmente as mulheres negras; 2) Trabalhadores sindicalizados e dirigentes sindicais; 3) Trabalhadores com estabilidade



**Sindicato Nacional dos Trabalhadores
de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário**

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

funcional, devido à dificuldade de serem demitidos sem justificativa; 4) Pessoas com deficiência (PCDs), devido à falsa inclusão ou condições inadequadas no ambiente laboral; 5) Estagiários ou trabalhadores iniciantes, que frequentemente são pressionados e coagidos devido à sua posição vulnerável na organização; 6) Pessoas afastadas por questões de saúde, que frequentemente encontram dificuldades ou sofrem discriminação ao retornar ao trabalho. **O papel dos sindicatos e da Embrapa.** Durante a palestra, Luíse destacou claramente a importância que os sindicatos têm no acolhimento, na orientação, na conscientização e na intervenção direta junto às chefias e vítimas para combater essas práticas abusivas. Para a palestrante, é crucial que o sindicato esteja presente não só na representação jurídica, mas também no acolhimento psicológico e no suporte institucional às vítimas, criando ambientes seguros e permitindo que denúncias sejam feitas sem medo de represálias. Ela defende a importância da Embrapa agir internamente com responsabilidade, estabelecendo procedimentos claros de denúncia e investigação, protegendo as vítimas e garantindo punições adequadas aos assediadores. **Desafios na judicialização do assédio.** Outro ponto essencial discutido foi a dificuldade na judicialização dos casos de assédio moral e sexual. Segundo Luíse, muitos processos não vão adiante devido à dificuldade em comprovar essas situações no âmbito judicial. Para provar o assédio moral, por exemplo, é preciso demonstrar a frequência das situações constrangedoras ou prejudiciais e os prejuízos decorrentes delas. No caso do assédio sexual, há uma grande dificuldade na denúncia, principalmente devido ao medo das vítimas, muitas vezes mulheres, que precisam reviver situações humilhantes e constrangedoras no decorrer do processo judicial. Luíse ressaltou que as audiências judiciais frequentemente revitimizam as vítimas e criam um ambiente ainda mais hostil, desencorajando denúncias futuras e perpetuando ciclos de silêncio e sofrimento. **Dados e panorama judicial.** Luíse também apresentou números preocupantes, mostrando o aumento significativo dos casos de assédio moral e sexual na Justiça do Trabalho. Em 2021, havia cerca de 3 mil processos anuais sobre assédio sexual. Já em 2023, esse número passou a cerca de 4 mil, o que revela um aumento preocupante. Ela trouxe um exemplo concreto envolvendo a própria Embrapa, que recentemente foi condenada a indenizar uma vítima em R\$ 100 mil por danos morais em um caso de assédio moral reconhecido pela justiça. Esse exemplo ilustra a importância da atenção ao tema por parte da instituição e do próprio sindicato. **Conclusão:** Luíse finalizou enfatizando que a solução não está apenas nas mãos da Justiça, mas sim em mudanças internas profundas nas organizações, fortalecendo a cultura de denúncia segura, respeito às vítimas, punição exemplar e educação constante para prevenir casos futuros. Os sindicatos devem atuar ativamente para conscientizar, denunciar e proteger trabalhadores e trabalhadoras de todas as formas de violência moral e sexual no ambiente profissional. Ela reforçou que, embora complexa, a luta contra o assédio moral e sexual é necessária e fundamental para garantir ambientes saudáveis, produtivos e justos, especialmente numa instituição



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

pública tão relevante quanto a Embrapa. **Debate.** O debate realizado após a palestra da Dra. Luíse proporcionou uma discussão profunda e reveladora sobre as dificuldades e as particularidades enfrentadas no combate ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, especialmente dentro da Embrapa. Através das intervenções feitas pelos participantes, foram apontados desafios concretos e identificadas questões cruciais sobre a efetividade das denúncias e processos administrativos, além da necessidade de criar mecanismos mais eficazes e seguros para lidar com esses casos. **Dificuldade na obtenção de provas.** Um ponto essencial debatido foi a dificuldade em comprovar judicialmente as situações de assédio moral e sexual. Carmelita abriu o debate questionando diretamente sobre como comprovar esses casos quando os colegas ficam constrangidos ou hesitantes em testemunhar. Foi pontuada a importância da gravação como forma de prova desde que feita pela própria vítima ou por alguém diretamente envolvido na situação. Luíse esclareceu que gravações são válidas, desde que realizadas por alguém diretamente envolvido na conversa. Ainda assim, reforçou que a prova testemunhal continua sendo crucial nas ações judiciais relacionadas ao assédio, mas reconheceu a fragilidade desse tipo de prova devido ao ambiente de pressão que as vítimas e testemunhas sofrem durante os processos. **Vulnerabilidade dos trabalhadores terceirizados.** Um dos participantes, Amadeu, trouxe um exemplo muito relevante ao destacar a situação específica de funcionários terceirizados, principalmente os da limpeza e manutenção, que frequentemente vêm de uma realidade mais vulnerável. Ele ressaltou o cuidado necessário para não confundir atos de gentileza com assédio moral ou sexual. Isso trouxe à tona uma reflexão importante sobre como o tratamento cotidiano pode, às vezes, ser mal interpretado, e sobre a necessidade constante de sensibilização sobre esses limites. Dra. Luíse enfatizou a necessidade dessa distinção, afirmando que gentileza e educação não devem ser confundidas com assédio, mas reiterou que o assédio ocorre quando a situação gera constrangimento, desconforto ou é indesejada pela pessoa que recebe a abordagem. **A importância do papel sindical e das CIPAs.** Outro ponto importante foi a discussão sobre o papel das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA), que, segundo um dos participantes (Amadeu), agora também têm atribuições voltadas à prevenção de assédio, passando a ser chamadas de Comissão Interna de Prevenção de Acidente e Assédio (CIPAA). Ele destacou a importância da participação ativa do sindicato nessas comissões para fortalecer a fiscalização e proteção aos trabalhadores. Amadeu relatou ainda uma mudança positiva em sua unidade, demonstrando que é possível combater uma cultura interna de assédio com organização sindical forte e atuante, pressionando gestores para mudar sua postura. Isso demonstra que uma atuação sindical firme pode modificar comportamentos assediadores, criando um ambiente mais saudável para os trabalhadores. **Fragilidade e omissão nas apurações internas.** Outro participante, que relatou sua experiência na Comissão de Prevenção e Proteção contra Assédio Moral (CPPCAM) da Embrapa, apontou problemas estruturais nos processos administrativos internos. Ele explicou como, frequentemente, as denúncias ficam estagnadas porque



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

dependem da decisão das próprias chefias, muitas vezes envolvidas ou coniventes com as práticas de assédio. O participante destacou que a situação fica ainda mais crítica quando o acusado de assédio é justamente aquele que tem poder decisório sobre o andamento dos processos administrativos. Esse ponto foi reforçado pela Dra. Luíse, que chamou atenção para a necessidade urgente de mecanismos independentes e mais robustos de apuração dessas denúncias, de modo a evitar que a vítima precise enfrentar diretamente quem praticou o assédio. **Constrangimento e intimidação de testemunhas.** Um ponto bastante enfatizado foi o medo das testemunhas em relatar situações de assédio, especialmente quando envolvem superiores hierárquicos. A presença dos gestores durante audiências ou investigações internas foi apontada como uma grande fonte de constrangimento, fazendo com que muitos colegas recuem ou relativizem suas declarações. A Dra. Luíse reforçou que a intimidação de testemunhas é um grande obstáculo para a responsabilização dos assediadores. Por isso, o apoio sindical e psicológico às testemunhas e às vítimas é fundamental para garantir que essas pessoas se sintam seguras o suficiente para denunciar e fornecer provas sólidas. **Papel fundamental do Sindicato.** Ao longo do debate, o papel do sindicato apareceu como elemento central no enfrentamento eficaz ao assédio. Luíse destacou que o sindicato precisa assumir um protagonismo ativo, criando condições para acolhimento das vítimas, esclarecendo seus direitos, incentivando denúncias seguras e acompanhando de perto os processos internos, atuando como interlocutor independente e firme diante das chefias e gestores. A advogada ressaltou que muitas vezes é necessário um trabalho preventivo, de educação e conscientização junto aos trabalhadores para reduzir a ocorrência dessas práticas. **A necessidade de mudança cultural e institucional.** Outro aspecto relevante discutido no debate foi a necessidade de uma mudança estrutural e cultural nas instituições, especialmente em organizações públicas como a Embrapa. Luíse reforçou que, além de uma política clara e mecanismos de denúncia seguros, é preciso investir na conscientização contínua, formação das chefias e vigilância permanente para criar uma cultura organizacional que efetivamente não tolere práticas abusivas. **Casos concretos e exemplos citados.** Dra. Luíse citou casos concretos recentes envolvendo a Embrapa, como a condenação por assédio moral na unidade Embrapa Hortaliças e denúncias de homofobia na unidade de Campina Grande, demonstrando que o problema existe concretamente na empresa e precisa ser enfrentado com seriedade, responsabilidade e transparência institucional. **Conclusão do Debate.** A conclusão foi de que é necessário fortalecer, dentro das instituições públicas e privadas, mecanismos claros, seguros e independentes para o recebimento e apuração de denúncias de assédio, aliado a um trabalho permanente de conscientização e educação sobre direitos humanos e dignidade no ambiente de trabalho. Por fim, ficou evidente que a questão do assédio moral e sexual demanda atenção contínua, ação política sindical forte, compromisso das chefias e uma mudança de cultura institucional profunda e permanente para que se consiga efetivamente prevenir e combater essas práticas abusivas no ambiente de



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

trabalho. **Mesa: Saúde do Trabalhador** - Composição da mesa: Sérgio Cobel, Suplente Diretor de Saúde do SINPAF; Roberto Xavier, Representante do Diesat. **Sérgio Cobel.** Gostaria de começar agradecendo, primeiramente, ao companheiro Devani pelo convite para estarmos aqui nessa plenária discutindo um tema tão fundamental quanto a saúde do trabalhador. Também quero agradecer pela acolhida calorosa que tive nesta plenária da região Sudeste. É a minha primeira vez participando especificamente dessa plenária regional, embora já conheça Campinas há algum tempo. Percebo que a cidade mudou bastante desde minha última visita. Antes de introduzir os temas específicos que trataremos nesta mesa, considero fundamental abordar brevemente a questão da saúde mental, destacando a campanha **Janeiro Branco**, que foi amplamente divulgada e acolhida pela Diretoria Nacional do SINPAF. Esta campanha foi recentemente destacada no nosso site por meio de uma excelente matéria produzida pela companheira Gi, e hoje já figura como a terceira mais acessada no portal do SINPAF. A relevância desse assunto é evidente e merece nossa atenção constante. A campanha **Janeiro Branco** surgiu em 2010, ganhando mais relevância a partir de 2014, e após a pandemia de COVID-19, ganhou ainda mais importância e visibilidade. Desde então, o SINPAF tem fortalecido seu apoio a essa iniciativa. Uma pesquisa realizada pela startup Conexa, citada na matéria da Gi, revelou dados preocupantes sobre o adoecimento mental no ambiente corporativo. Segundo essa pesquisa, que entrevistou 1.589 pessoas em 2019, cerca de **87% dos afastamentos do trabalho têm como causa transtornos relacionados à saúde mental**. 1) A ansiedade lidera os afastamentos, com **51% dos casos**; 2) A depressão é a segunda causa mais frequente, respondendo por **17%** dos casos; 3) O estresse vem logo atrás, com **16%**, seguido pela síndrome de burnout, com **14%**. Esses números nos mostram claramente a gravidade e a extensão do problema do adoecimento mental no contexto profissional. Outro dado alarmante destacado na pesquisa é que pessoas na faixa etária entre **14 e 65 anos** são as mais diagnosticadas com transtornos mentais. Além disso, em 2019, foram registrados **13 mil suicídios** no país, uma realidade muito preocupante que merece nossa atenção redobrada. Reforço aqui o nosso pedido para que os colegas, dirigentes sindicais e representantes levem essa discussão sobre saúde mental para as bases. Precisamos que as unidades façam esse debate internamente e encaminhem as demandas à Diretoria de Saúde do Trabalhador, para que possamos trabalhar juntos em ações concretas que fortaleçam a saúde mental dos nossos trabalhadores. Além da campanha Janeiro Branco, aproveito para anunciar que o SINPAF já confirmou adesão à campanha **Abril Azul**, dedicada à conscientização sobre o autismo. Esse tema também estará presente em nossas discussões futuras, incluindo a temática dos **PCDs (Pessoas com Deficiência)** no ambiente de trabalho, assunto igualmente relevante e que merece destaque e cuidado especial nas nossas unidades. Não posso deixar de mencionar a pandemia de COVID-19 e seus profundos impactos nas relações pessoais e profissionais. O isolamento, popularmente chamado de lockdown – termo que particularmente não me agrada muito –, trouxe à tona



**Sindicato Nacional dos Trabalhadores
de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário**

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

questões que já estavam presentes, porém menos evidentes, como os casos de violência doméstica que aumentaram significativamente. Isso refletiu, inclusive, nas relações familiares e de trabalho, tornando mais perceptível o adoecimento emocional que muitas vezes passava despercebido. Devemos, portanto, manter uma postura proativa, trabalhando sempre pela prevenção, acolhimento e conscientização sobre saúde mental, violência doméstica, e demais questões que afetam profundamente os trabalhadores e suas famílias. Nesta mesa, teremos também a participação importante do companheiro **Roberto Xavier**, do **Diesat**, que trará informações relevantes sobre o adoecimento mental e os desafios relacionados às pessoas com deficiência (PCD) no ambiente laboral. Além disso, Roberto irá compartilhar conosco informações e atualizações sobre a **pesquisa de perfil epidemiológico** que estamos desenvolvendo, e que trará dados mais específicos sobre as condições de saúde dos trabalhadores da nossa categoria. A pesquisa epidemiológica é um instrumento fundamental que permitirá ao SINPAF ter mais clareza sobre os problemas de saúde enfrentados pelos trabalhadores, possibilitando assim direcionar melhor nossas ações sindicais e políticas públicas voltadas ao bem-estar dos trabalhadores. Roberto Xavier iniciou sua apresentação cumprimentando os participantes, expressando satisfação em estar novamente junto ao SINPAF, mencionando que já é o terceiro evento em conjunto com o sindicato, destacando a parceria positiva entre as instituições. Sua função na mesa foi apresentar o Diesat, detalhar suas ações e também esclarecer como será realizada a pesquisa sobre o perfil epidemiológico dos trabalhadores, que está sendo viabilizada justamente devido à filiação do SINPAF ao DIESAT. **Quem é o DIESAT?** Roberto esclareceu inicialmente que o DIESAT é uma entidade semelhante ao DIEESE, com origem nos anos 1980. Enquanto o DIEESE ganhou mais notoriedade por se dedicar principalmente a questões econômicas relacionadas às negociações salariais e reajustes, o DIESAT surgiu com uma proposta de investigar questões relacionadas à saúde e segurança dos trabalhadores. Ele destacou que a primeira publicação do DIESAT foi um estudo sobre as causas de morte e acidentes entre trabalhadores brasileiros nos anos 1980. O objetivo central da entidade, segundo Roberto, é acompanhar e entender a evolução das doenças ocupacionais e acidentes de trabalho no país. **A Pesquisa Epidemiológica do SINPAF.** Xavier apresentou o projeto de **pesquisa epidemiológica**, a ser realizada em parceria com o SINPAF, ressaltando sua importância para traçar um diagnóstico preciso da categoria, identificando causas de adoecimento, acidentes de trabalho e fatores de risco específicos. **Objetivos da Pesquisa:** Levantar informações detalhadas sobre as condições de saúde física e mental dos trabalhadores. Mapear causas de adoecimento mais comuns, identificando regiões e unidades com maior incidência. Proporcionar ao sindicato bases concretas para ações preventivas e corretivas em relação à saúde do trabalhador. O objetivo principal da pesquisa, segundo Roberto, é construir um grande banco de dados que possibilite uma compreensão detalhada das condições de trabalho e saúde dos empregados da Embrapa, identificando padrões e situações específicas. **Contexto e**



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

Mudança no Perfil dos Trabalhadores. Roberto destacou uma mudança significativa no perfil dos trabalhadores brasileiros, desde os anos 80 até os dias atuais, o que afeta diretamente os tipos de adoecimento mais comuns no ambiente laboral. Segundo ele, há quatro décadas, predominavam acidentes típicos de ambientes industriais (amputações, quedas, explosões), enquanto hoje prevalece o adoecimento mental, consequência das novas relações de trabalho, da precarização e do aumento de trabalhadores sem vínculo formal (uberização).

O Desafio dos Dados sobre Saúde do Trabalhador. O palestrante trouxe uma crítica ao cenário atual dos dados sobre saúde e acidentes no Brasil, afirmando que há um grande problema com subnotificações e baixa qualidade dos dados. Exemplificou: O Brasil registra, diariamente, cerca de **2.400 acidentes de trabalho** oficialmente notificados, mas esse número está subestimado, devido à falta de registros oficiais, especialmente a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). No período analisado (últimos 11 anos), foram registrados cerca de **26 mil óbitos** relacionados ao trabalho. Para ilustrar o impacto disso, Roberto mencionou que, se fosse feito um minuto de silêncio para cada vítima fatal, haveria silêncio até o mês de abril.

O Problema da Invisibilidade e Subnotificação. Roberto destacou o grave problema da subnotificação de acidentes e doenças ocupacionais, ressaltando que muitas empresas, incluindo setores da Embrapa, evitam abrir a CAT para reduzir indicadores negativos internos, prejudicando a efetiva compreensão da realidade. Para ele, a solução é que o sindicato assuma um papel proativo e faça o registro quando a empresa se negar, garantindo assim a visibilidade real desses problemas.

A Metodologia da Pesquisa. A pesquisa epidemiológica proposta pelo DIESAT utilizará métodos rigorosos, com o objetivo de garantir que os resultados tenham validade estatística e científica, contando com: 1) Questionários aplicados eletronicamente aos cerca de 10 mil trabalhadores da Embrapa e empresas relacionadas. 2) Meta inicial de ao menos **965 questionários** respondidos, garantindo margem de erro controlada (3%) e alto grau de confiança nos resultados (95%). 3) Privacidade garantida pela LGPD, com dados totalmente anônimos e agrupados.

Desafios Específicos na Saúde Mental. Xavier enfatizou a dificuldade em reconhecer e tratar questões de adoecimento mental e assédio no trabalho, pois não existem equipamentos de proteção específicos como ocorre com acidentes físicos. Ele alertou que é preciso investir em conscientização, monitoramento contínuo e ferramentas que permitam ao trabalhador perceber situações abusivas antes que elas causem danos maiores.

Exemplos e Analogias Usadas. Roberto utilizou analogias e imagens fortes para ilustrar seus pontos. Uma delas foi a comparação do número de trabalhadores aposentados por invalidez com a imagem de uma fila que sairia da Praça da Sé, em São Paulo, chegando até Campinas, dando a dimensão do problema. Também citou o famoso exemplo dos aviões na Segunda Guerra Mundial, conhecido como “viés de sobrevivência”, para mostrar a importância de coletar dados precisos e que reflitam também aqueles que ficaram invisíveis ao sistema.

Importância da Formação Sindical. Roberto reiterou a importância de retomar com força os cursos de formação sindical para capacitar



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

líderes sindicais a lidar com questões modernas e mais complexas relacionadas à saúde do trabalhador, especialmente em contextos novos, como o trabalho remoto e híbrido. Para ele, o sindicato tem o papel de esclarecer os trabalhadores sobre a importância de reconhecer o assédio, denunciar situações inadequadas e buscar ajuda especializada, seja com o sindicato, DIESAT ou órgãos como Ministério Público do Trabalho e SERESTE. **Próximos Passos e Solicitação aos Trabalhadores.** Ao final de sua apresentação, Roberto Xavier fez um apelo importante aos participantes, solicitando que lideranças sindicais incentivem fortemente a adesão dos trabalhadores ao preenchimento da pesquisa, garantindo um número significativo de respostas para viabilizar ações efetivas e precisas. A expectativa é que os dados coletados forneçam ao sindicato elementos suficientes para propor ações concretas, intervenções pontuais e, principalmente, políticas preventivas mais eficazes no futuro. Por fim, convidou todos a acessarem os materiais produzidos pelo DIESAT disponíveis no site da entidade, contendo cartilhas, guias informativos e pesquisas úteis, sempre com o objetivo de esclarecer e fortalecer a atuação sindical na proteção da saúde do trabalhador brasileiro. **Mesa: Comunicação sindical e os desafios diante dos avanços das redes sociais e fake news** - Composição da mesa: Antônio Marcos, Diretor de Comunicação do SINPAF; Ricardo Andrade, Sindicato dos Bancários de Campinas; Maria Aparecida Faria, Secretária de Comunicação da CUT Nacional. Antônio Marcos iniciou sua apresentação saudando a todos e agradecendo especialmente aos companheiros da região Sudeste por trazerem para a plenária esse debate essencial sobre comunicação sindical. Antônio enfatizou que a mesa de comunicação sindical foi criada com o objetivo de valorizar o setor de comunicação, reconhecendo que os sindicatos historicamente negligenciaram a comunicação como uma ferramenta estratégica fundamental para o fortalecimento da luta dos trabalhadores. Antônio Marcos também aproveitou para destacar o esforço e comprometimento das profissionais responsáveis pela comunicação do SINPAF, **Camila Bordinha e Gisliene**, que trabalham diariamente na produção de conteúdo e gerenciamento das plataformas digitais do sindicato. **Apresentação Técnica pelas Jornalistas Camila Bordinha e Gisliene.** As jornalistas Camila e Gisliene fizeram uma exposição detalhada sobre o atual cenário e planejamento da comunicação no sindicato, destacando os avanços, os desafios enfrentados e as ações futuras. Gisliene iniciou a fala destacando que a comunicação sindical está em constante transformação e que as novas plataformas digitais exigem adaptações frequentes e rápidas. Ressaltou que o SINPAF está passando por uma fase de **reestruturação estratégica**, com o objetivo de tornar a comunicação mais ágil, eficiente e adaptada às necessidades do público sindical. Camila e Gisliene informaram que uma pesquisa está sendo preparada para identificar necessidades e preferências do público-alvo (filiados, delegados, dirigentes). O objetivo é utilizar esses dados para um planejamento de comunicação mais assertivo e fundamentado em informações concretas. As jornalistas destacaram as seguintes ações já em andamento ou recentemente implementadas pelo setor de comunicação:



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

1. Reestruturação e Modernização do Site; 2. Campanhas Mensais Temáticas; 3. Revista "SINPAF Não Para" em Formato Digital; 4. Fortalecimento do Instagram.

Comunicação com Públicos Específicos (Parlamentares e Sociedade). Camila Bordinha ressaltou ainda a utilização de meios tradicionais, como **outdoors**, para atingir públicos estratégicos (parlamentares, autoridades e sociedade em geral). Esses materiais têm tido bons resultados, trazendo maior visibilidade às demandas sindicais junto a esses públicos externos. **Documentário dos 35 anos do SINPAF.** Um destaque especial foi dado ao projeto de criação do documentário comemorativo dos **35 anos do SINPAF**, que será lançado em junho, mês de aniversário do sindicato. As jornalistas destacaram ainda que o material coletado é tão extenso que possibilitaria mais produções futuras, mostrando a riqueza das histórias e experiências dos trabalhadores e dirigentes do SINPAF. O Diretor de Comunicação agradeceu as duas jornalistas (funcionárias do SINPAF) e passou a palavra para a Sra. Maria Aparecida. Sua apresentação, trouxe uma reflexão profunda e esclarecedora sobre a importância estratégica da comunicação no movimento sindical. Maria enfatizou que, atualmente, mais do que nunca, é fundamental compreender a comunicação não apenas como ferramenta informativa, mas como um espaço vital de disputa social e política. A palestrante iniciou sua fala destacando que a comunicação não deve ser tratada de maneira superficial ou meramente informativa, pois, segundo ela, tudo que é publicado pelas entidades sindicais carrega a "palavra" e posicionamento dessas organizações. Maria esclareceu que toda comunicação sindical precisa ser vista como parte de uma estratégia mais ampla, que visa combater a desinformação, fake news e narrativas que possam prejudicar a luta dos trabalhadores. Ela destacou especialmente o cenário atual, no qual as redes sociais têm sido o principal campo de disputa narrativa, superando meios tradicionais como jornais impressos e até mesmo sites institucionais. Segundo Maria, a velocidade com que informações falsas se espalham é tamanha que a tarefa de desmentir essas notícias falsas, posteriormente, torna-se ainda mais desafiadora. Maria Aparecida apresentou dados importantes de uma pesquisa, mostrando que as redes sociais, especialmente Instagram e WhatsApp, são atualmente as plataformas preferidas dos brasileiros. Esse cenário implica que a comunicação sindical precisa focar nessas plataformas para alcançar eficácia máxima. O grande desafio, segundo ela, é despertar interesse e relevância na imensa quantidade de informações que circulam diariamente nessas redes. Para tanto, é preciso criar uma comunicação atrativa, clara e objetiva, capaz não só de informar, mas também de engajar os trabalhadores e a sociedade em geral. Maria Aparecida reforçou diversas vezes a necessidade de que o movimento sindical desenvolva uma verdadeira **cultura comunicacional**, saindo da lógica do improvisado ou da comunicação informal. Ela alertou que, sem uma estratégia organizada e planejada, as entidades sindicais dificilmente conseguirão competir com grupos bem estruturados que disseminam desinformação e fake news. Ela também enfatizou que a comunicação sindical não pode ser exclusivamente voltada para o público interno (os trabalhadores já



**Sindicato Nacional dos Trabalhadores
de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário**

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

sindicalizados), mas também precisa mirar na sociedade como um todo, tornando-se uma referência em informação confiável. Segundo ela, apenas uma comunicação forte, profissional e assertiva pode garantir que as lutas dos trabalhadores sejam reconhecidas e valorizadas pela sociedade. Um dos pontos de destaque da apresentação foi o conceito das **brigadas digitais**, estratégia adotada pela CUT para impulsionar conteúdos nas redes sociais. Segundo Maria, as brigadas digitais funcionam como uma rede organizada e coordenada, capaz de disseminar rapidamente informações importantes, ampliar o alcance das mensagens e atuar de forma estratégica, principalmente em momentos críticos (como o Dia Internacional da Mulher, 1º de Maio, eleições, entre outros). A estratégia das **brigadas digitais** consiste em: Cursos e oficinas regulares para formação dos coordenadores; Utilização de linguagem simples e direta; Monitoramento constante e ajustes nas estratégias conforme resultados obtidos; Uso intensivo e qualificado de redes sociais, especialmente WhatsApp e Instagram. Maria Aparecida reforçou a disponibilidade da CUT para auxiliar outras entidades sindicais que desejem implementar ou aperfeiçoar essa metodologia, oferecendo inclusive cursos e oficinas de capacitação específicas para o ambiente digital. Mesmo destacando a importância das redes sociais, Maria Aparecida lembrou que os sites institucionais dos sindicatos ainda possuem relevância, especialmente como repositórios confiáveis de conteúdo detalhado. Porém, ela alertou que esses sites precisam passar por constantes atualizações, tanto tecnicamente quanto visualmente, para se manterem atrativos e funcionais, especialmente para o ambiente mobile. Um ponto especialmente importante mencionado na palestra foi a necessidade de **formação continuada** para os dirigentes sindicais e equipes de comunicação. Maria Aparecida afirmou que, sem capacitação constante, será difícil manter uma comunicação sindical eficiente e competitiva. Entre as ações propostas pela CUT estão cursos específicos, que tratam desde o básico da comunicação digital até temas mais avançados, como engajamento em redes sociais, criação de conteúdos estratégicos, combate à desinformação e gestão de crises comunicacionais. Outro ponto destacado pela palestrante foi o papel crucial da comunicação sindical para a **defesa da democracia**. Maria Aparecida reforçou que informações claras, verdadeiras e responsáveis são fundamentais para o fortalecimento da democracia e da cidadania. Sem comunicação qualificada, segundo ela, a democracia fica fragilizada diante da manipulação e das narrativas que distorcem fatos. Ela também lembrou que esse contexto de disputa comunicacional não é exclusivo do Brasil, citando exemplos recentes nos Estados Unidos e na Argentina, onde as redes sociais tiveram papel decisivo na manipulação política e nas eleições. Maria Aparecida encerrou sua apresentação citando Gilberto Gil, destacando a necessidade de constante inovação e adaptação às novas linguagens e ferramentas digitais. Ela reforçou que o movimento sindical precisa não apenas correr atrás das novidades tecnológicas, mas sim dominá-las e explorá-las estrategicamente para atingir seus objetivos políticos e sociais. Logo após, **Ricardo Andrade**, jornalista e



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

especialista em comunicação sindical, trouxe importantes reflexões e exemplos práticos sobre como melhorar a comunicação nas entidades sindicais. A apresentação de Ricardo foi baseada em sua ampla experiência profissional e acadêmica, com destaque para seu mestrado na PUC sobre Comunicação Sindical, sua atuação no Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região, além de sua vivência anterior no Sintpq (Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia de Campinas). Sua fala foi marcada pela clareza e pela praticidade ao apontar caminhos efetivos para superar desafios comuns da comunicação sindical. Ricardo iniciou sua apresentação compartilhando sua trajetória pessoal e acadêmica, destacando que grande parte das informações que apresentou derivam da pesquisa realizada em seu mestrado. Andrade é pós-graduado em Gestão de Conteúdo e Comunicação pela Universidade Metodista e mestre em Linguagens, Mídia e Arte pela Pontifícia Universidade Católica (PUC). Durante seu mestrado, estudou especificamente a comunicação sindical, analisando entidades como os sindicatos dos Bancários, Petroleiros, Metalúrgicos e Sintpq. Sua experiência como coordenador de comunicação da CUT Campinas, do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, e como criador da página **Sindicato dos Memes** e co-criador do Portal Porquê, também foram importantes para consolidar sua visão prática e inovadora sobre comunicação sindical. Ricardo fez uma retrospectiva sobre como, antigamente, a comunicação sindical se limitava a métodos simples e diretos, como boletins impressos distribuídos presencialmente, faixas e carros de som. Mas ele alertou que o cenário atual é radicalmente diferente e exige uma comunicação sindical mais complexa e diversificada. Hoje, segundo ele, a comunicação exige múltiplas competências: escrita, edição de vídeo, design gráfico, gerenciamento de redes sociais e estratégia digital. Essa diversificação cria uma necessidade urgente de profissionalização segmentada, ou seja, contratar ou formar profissionais especializados em cada área. Ricardo Andrade destacou um ponto crítico que limita o avanço da comunicação sindical no Brasil: o alto custo dessa profissionalização segmentada. Muitos sindicatos não possuem recursos para montar equipes completas, o que limita muito o alcance e a qualidade das suas comunicações. Para enfrentar essa dificuldade, ele sugeriu iniciativas coletivas e colaborativas entre sindicatos: **Estúdios compartilhados** entre diferentes entidades; **Campanhas e ações conjuntas** (ex.: outdoors, ações digitais, campanhas de rua); **Formação conjunta**, como cursos e capacitações com várias entidades para reduzir custos. Andrade exemplificou esse modelo colaborativo com iniciativas já existentes em Campinas, citando sindicatos que dividem estruturas e serviços de comunicação, permitindo economizar recursos e ampliar alcance. Outro ponto muito importante levantado por Ricardo foi o conceito de "humanização" dos dirigentes sindicais. Ele explicou que trabalhadores, especialmente aqueles menos envolvidos com o movimento sindical, têm maior facilidade em criar empatia com pessoas do que com instituições. Portanto, segundo Ricardo, os dirigentes precisam assumir cada vez mais uma postura de **influenciadores digitais**, utilizando suas próprias redes sociais pessoais



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

para: Mostrar o cotidiano do trabalho sindical; apresentar bastidores das atividades sindicais, mostrando o lado humano; Compartilhar também aspectos pessoais para gerar maior empatia com a base; Ampliar a mensagem para além dos trabalhadores já sindicalizados, alcançando familiares, amigos e sociedade. Outro aspecto da apresentação de Ricardo foi a necessidade urgente de inovação na linguagem e nas formas de comunicação sindical. Para ele, o movimento sindical precisa pensar fora da caixa, utilizando recursos que até então eram pouco comuns no meio sindical. Entre as sugestões criativas mencionadas, destacam-se: **Uso de memes**, estratégia que ele próprio domina através da sua página "Sindicato dos Memes". **Filmes e vídeos com narrativas emocionais**, como o exemplo citado por ele do filme "Abraço", do sindicato Síntese, que conta uma história real de luta sindical usando o cinema como meio. **Performances e intervenções artísticas**, como a ação feita pelos bancários, que usaram uma performance teatral para denunciar assédio moral em uma agência bancária. **Mobilizações com caráter cultural**, como os metalúrgicos da Argentina que fazem protestos com instrumentos musicais e cânticos personalizados, transformando uma manifestação sindical em um ato que envolve a comunidade. Essas iniciativas, segundo ele, geram interesse, engajamento, emoção e visibilidade pública, fugindo do padrão tradicional, muitas vezes burocrático e pouco atrativo da comunicação sindical. Para além dos exemplos e conceitos apresentados, Ricardo deixou claro que é possível, mesmo com poucos recursos, melhorar significativamente a comunicação sindical, desde que haja uma postura proativa das entidades e dirigentes. Ricardo Andrade encerrou sua apresentação ressaltando que não basta fazer um bom trabalho; é fundamental saber divulgá-lo de forma estratégica e efetiva. Para isso, o movimento sindical precisa encarar a comunicação como uma frente essencial para alcançar conquistas políticas e sociais. **Debate**. Durante o debate, foram abordados diversos pontos relacionados à importância estratégica da comunicação sindical, os desafios que envolvem a disputa de hegemonia na sociedade atual e como garantir efetividade nas ações comunicativas, tanto internas quanto externas. Os participantes destacaram a necessidade urgente de aprofundar o debate ideológico, humanizar a relação entre sindicato e categoria, aprimorar a comunicação interna (presencial) e encontrar formas eficazes para atingir públicos diversos. Francisco trouxe a discussão sobre a importância de se ter clareza acerca dos fundamentos ideológicos da comunicação sindical, ressaltando que é preciso definir claramente "qual é a sociedade que queremos construir". Segundo ele, sem uma orientação ideológica sólida, mesmo a melhor técnica comunicacional fica vazia de propósito. O desafio principal é tornar essa visão clara para os trabalhadores, fortalecendo o papel político e ideológico do sindicato. Foi destacado por diversos participantes que, apesar da relevância das ferramentas digitais, a comunicação "tete-a-tete" continua essencial. Vários colegas ressaltaram que há uma carência dessa presença física do sindicato nas unidades de trabalho, pois muitos trabalhadores, especialmente os mais antigos, não têm familiaridade ou interesse pelas redes sociais. A necessidade de adaptar as formas de



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

comunicação às particularidades regionais e culturais dos trabalhadores foi enfatizada pelos participantes. A categoria do SINPAF possui diversidade cultural e etária significativa, e a comunicação sindical precisa levar isso em consideração, adaptando formatos, linguagens e conteúdos que dialoguem efetivamente com diferentes realidades. Um destaque da discussão foi a necessidade de estabelecer parcerias estratégicas com instituições influentes como igrejas, escolas e influenciadores digitais. Ricardo Andrade voltou ao ponto da humanização, destacando que é fundamental dar um rosto humano à comunicação sindical para ampliar o engajamento dos trabalhadores e da sociedade. Contudo, reconheceu a preocupação levantada por alguns dirigentes que não se sentem confortáveis com as redes sociais. Ele esclareceu que não se trata de uma obrigação, mas sim de aproveitar e potencializar habilidades naturais de quem já se sente confortável com essas ferramentas. Diversas intervenções ressaltaram a importância da profissionalização das equipes de comunicação. Carmelita reforçou que é impossível uma única pessoa executar com qualidade todas as atividades da comunicação moderna, como edição, gestão de redes sociais, produção textual e audiovisual. Por isso, defenderam fortemente a valorização de equipes multidisciplinares e de profissionais especializados. O debate também abordou a importância crucial da comunicação sindical como ferramenta de disputa contra-hegemônica, especialmente frente ao avanço de narrativas da extrema-direita. Os participantes destacaram a necessidade de combater o preconceito contra o movimento sindical, esclarecendo o real papel e importância dos dirigentes sindicais e sua relevância social. Outro ponto enfatizado pelos debatedores foi a necessidade da ética e transparência absoluta na comunicação sindical. Foi ressaltado que os conteúdos produzidos devem sempre se basear em informações corretas, combatendo fake news e oferecendo credibilidade à categoria e à sociedade. **Mesa: A situação na PESAGRO. Coordenadores da Mesa:** Marcus Vinicius, Presidente Nacional do SINPAF) e José Vicente (Dir. Rel. Institucionais do SINPAF). **Palestrantes:** José Roberto Borges de Souza e Cirlei Alves Fiuza – PESAGRO Campos e Ricardo Silva– PESAGRO Niterói. Ricardo Andrade, representante da Seção Sindical Pesagro Niterói, expôs com clareza e veemência as difíceis condições enfrentadas pelos trabalhadores da Pesagro Rio. A fala começou com um reconhecimento da importância da nova articulação com a diretoria nacional do SINPAF, destacando o papel de dirigentes como Vinicius, Adilson, Lilianne e José Vicente na negociação dos acordos coletivos. A Pesagro Rio, empresa de pesquisa agropecuária distribuída em diversas cidades do estado, atravessa uma crise prolongada, caracterizada pela falta crônica de pessoal, pela precarização dos direitos trabalhistas e por inúmeros conflitos jurídicos entre empregados e empregadores. Com um quadro de apenas 250 funcionários e mais de 600 ações judiciais, o panorama apresentado por Ricardo é preocupante e revela uma situação de desgaste tanto emocional quanto institucional. Ricardo ressaltou especialmente as disputas em torno do Plano de Carreira implementado de forma inadequada pela empresa, privilegiando os trabalhadores de nível superior e deixando trabalhadores de níveis inferiores sem



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

direitos básicos garantidos. Com uma vitória em primeira instância seguida de um controverso parecer negativo do Ministério Público do Trabalho (MPT), a situação permanece instável, aguardando decisão definitiva. Outro ponto grave exposto por Ricardo é a questão do não pagamento, durante quatro anos, do vale-alimentação diário de apenas R\$ 8,00, resultando em uma ação civil coletiva complexa e custosa. A postura da Pesagro, descrita como deliberadamente conflitiva, resultou em uma ação movida pelo Ministério Público, exigindo compensações milionárias em danos morais. No entanto, o conflito mais delicado exposto por Ricardo diz respeito ao plano de saúde dos funcionários. Com um quadro envelhecido, há enorme dificuldade para contratação de serviços de saúde via licitações. Tentativas de acordo feitas com a empresa esbarraram sistematicamente em cláusulas que exigiam o cancelamento de outras ações judiciais já vitoriosas, colocando o sindicato em posição delicada. Ricardo enfatizou a impossibilidade de aceitar acordos que prejudiquem conquistas já asseguradas na justiça, argumentando que isso traria prejuízos financeiros substanciais aos trabalhadores. A empresa, segundo ele, tem imposto condições que inviabilizam acordos favoráveis aos funcionários, inclusive omitindo prazos e criando obstáculos para o cumprimento efetivo do direito ao auxílio-saúde. Ele encerrou sua fala reforçando o compromisso do sindicato em continuar lutando pelos direitos conquistados judicialmente, evitando acordos que tragam perdas significativas aos trabalhadores. Ricardo pediu compreensão e solidariedade da categoria diante das dificuldades enfrentadas, salientando que a comunicação clara e transparente com a base é essencial para enfrentar essa realidade desafiadora. O Sr. Roberto Borges abordou a situação complexa que envolve as negociações trabalhistas na PESAGRO, especialmente quanto ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Inicialmente, ele destacou que houve uma iniciativa positiva da Diretoria Nacional do SINPAF, em conjunto com as seções sindicais de Niterói e Campos, criando uma Comissão de Negociação Nacional (CNN) para tratar das demandas coletivamente. Durante uma reunião ocorrida anteriormente, com a presença de representantes das duas sessões sindicais, foi construída uma pauta mínima, com sete cláusulas essenciais, com o intuito de restabelecer um acordo coletivo após 22 anos sem qualquer avanço nesse sentido. Essa pauta simplificada visava atender demandas centrais dos trabalhadores da PESAGRO, fortalecendo o papel do SINPAF como representante legítimo dos empregados. Roberto destacou dois grandes obstáculos para o avanço dessas negociações: **Recuperação Fiscal do Rio de Janeiro:** O estado do Rio de Janeiro está sob recuperação fiscal, resultando em forte intervenção da Secretaria de Fazenda, limitando autonomia financeira e administrativa da PESAGRO. Isso torna mais burocrático e lento o avanço das negociações. **Questões Judiciais Complexas:** Há ações judiciais individuais em andamento, movidas por uma das seções sindicais (Niterói), que geram uma dificuldade adicional para estabelecer um acordo amplo, pois envolvem valores expressivos e disputas jurídicas ainda não resolvidas. Além disso, Roberto enfatizou o problema da falta de unidade entre as duas seções sindicais da



**Sindicato Nacional dos Trabalhadores
de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário**

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

PESAGRO (Niterói e Campos), uma vez que a seção Campos não foi envolvida nas ações judiciais iniciadas pela seção de Niterói, gerando prejuízos para seus empregados. Ele mencionou o desconforto causado por essa divisão, especialmente porque sua seção (Campos) está prejudicada por não fazer parte dessas ações judiciais. Apesar dessas dificuldades, Roberto insistiu na importância de uma solução coletiva, destacando que negociações individuais apenas complicariam ainda mais a situação. Segundo ele, a única saída viável seria construir conjuntamente, entre ambas as sessões sindicais e a Diretoria Nacional, uma estratégia comum que pudesse assegurar um acordo coletivo benéfico para todos. Por fim, Roberto reforçou que a busca por uma solução precisa ser política e coletiva, evitando divisões internas que enfraquecem ainda mais a capacidade de negociação diante da empresa e do governo estadual. O diretor de assuntos institucionais, José Vicente destacou um histórico de cerca de duas décadas de dificuldades nas relações entre o sindicato (SINPAF) e a PESAGRO, mencionando que talvez tenha havido uma certa omissão ou falta de atuação do sindicato em relação à empresa durante esse período. Diante desse cenário, ele relatou os esforços recentes feitos para retomar o diálogo com a direção da PESAGRO. Após tentativas frustradas por telefone, José Vicente, acompanhado da Dra. Liliane, Ricardo e outros dirigentes sindicais, resolveu fazer uma visita presencial à empresa. Essa ação resultou em uma recepção pela diretoria e na abertura para reiniciar as tratativas e restabelecer um relacionamento institucional, que havia sido interrompido há muitos anos. Destacou que empresas públicas estaduais como a PESAGRO exigem mais habilidades políticas e diplomáticas do que meramente técnicas para a negociação. Além disso, enfatizou a necessidade de reconstruir um ambiente favorável ao diálogo coletivo, e não individualizado, com a empresa. O objetivo central, segundo ele, é recuperar o vínculo institucional e garantir novamente um acordo coletivo de trabalho após mais de 20 anos de ausência. Ele também apontou graves problemas estruturais, relatando visitas feitas a unidades da PESAGRO em Seropédica, onde constatou condições precárias de trabalho e instalações sucateadas. Tal situação compromete não apenas o ambiente laboral, mas também o papel da PESAGRO na pesquisa agropecuária estadual. Por fim, ampliou o debate, defendendo que o SINPAF deveria também se mobilizar para demonstrar publicamente a importância da pesquisa agropecuária no Estado do Rio de Janeiro. Propôs ações conjuntas com universidades e outras instituições de pesquisa, apontando a necessidade de ações futuras, como audiências públicas e campanhas em prol de concursos públicos para recompor o quadro de servidores da PESAGRO, resgatando, assim, a relevância histórica que a instituição já teve na pesquisa agropecuária nacional. **Debate:** Ricardo iniciou destacando questões fundamentais relacionadas à saúde do trabalhador, especialmente a ausência prolongada de eleições para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) na empresa PESAGRO, situação que já dura três anos e que foi denunciada ao Ministério do Trabalho, aguardando ainda providências efetivas. Na sequência, Ricardo mencionou uma importante questão jurídica. Como advogado,

Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

trouxe à tona um ponto específico do artigo 24, parágrafo 4º da Lei nº 8.996/94, do Estatuto da Advocacia, que explicita que, caso um acordo seja assinado diretamente entre sindicato (cliente) e empresa sem concordância do advogado responsável, este acordo não interfere nos honorários advocatícios já estabelecidos. Neste contexto, Ricardo frisou que se alguma ação jurídica for conduzida indevidamente ou precipitadamente pela seção sindical, quem arcará com as consequências financeiras e jurídicas será o próprio sindicato, o que requer extrema cautela. Ele enfatizou que qualquer decisão relativa aos acordos judiciais precisa ser muito bem fundamentada, pois existe uma cobrança insistente dos sindicalizados por resultados imediatos— como o retorno do auxílio-saúde—sem que muitas vezes haja um entendimento claro dos riscos e consequências legais envolvidos. Essa pressão dificulta a gestão da seção sindical, pois, segundo Ricardo, muitos sindicalizados não leem os documentos detalhadamente preparados, dificultando ainda mais o esclarecimento das situações jurídicas complexas em que estão envolvidos. Além disso, Ricardo esclareceu a questão específica relacionada ao vale-alimentação na PESAGRO. Destacou a longa situação de negligência da empresa, que há mais de 20 anos pagava um valor irrisório de R\$ 8,00, chegando temporariamente a R\$ 40,00 em dezembro de 2022, valor que logo foi reduzido novamente para R\$ 8,00 no mês seguinte. Posteriormente, a empresa ajustou esse valor para R\$ 25,00, embora ainda esteja em andamento uma disputa judicial para restaurar o valor inicial de R\$ 40,00. Por fim, Ricardo reforçou o compromisso da seção sindical em manter uma postura responsável e prudente nas negociações, destacando que não pode ceder à pressão indevida nem aceitar acordos que prejudiquem os trabalhadores a longo prazo. Ainda sobre Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), da Embrapa, José Vicente fez uma breve apresentação destacando inicialmente a pauta reivindicatória original. Apresentou a nova agenda para o próximo ciclo do ACT (2024-2025) e destacou algumas propostas prioritárias, enfatizando especialmente: **Garantia da retroatividade salarial**, para assegurar que qualquer reajuste negociado após a data-base tenha seus efeitos retroativos garantidos contratualmente, uma forma de evitar pressões por aceitar acordos desfavoráveis às pressas; **Reajuste salarial** considerando a inflação acumulada, mais o índice do PIB agrícola, cobrindo perdas desde maio de 2023 até abril de 2024; Adicional por responsabilidade técnica para funções específicas como pregoeiros, contadores e tesoureiros, um pleito já antigo e pendente; Ampliação e valorização da Comissão Permanente de Prevenção e Combate ao Assédio Moral (CPPCAM); Ampliação das hipóteses de abono por ausências diversas, incluindo doação de sangue, consultas com nutricionistas e profissionais de saúde mental; Extensão da licença-paternidade para 60 dias; Jornada especial para trabalhadores com deficiências ou doenças crônicas graves; Inclusão da cláusula que prevê a valorização por elevação da escolaridade; Garantia de revisão do Código de Ética, assistência jurídica aos empregados e isonomia de benefícios. Também salientou a necessidade de garantir claramente no ACT que os benefícios têm retroatividade assegurada, independentemente da data em que o



**Sindicato Nacional dos Trabalhadores
de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário**

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

acordo for fechado, evitando pressão sobre os trabalhadores em negociações futuras. Destacou-se uma estratégia bem definida de mobilização da categoria já desde o início das negociações, evitando deixar a mobilização apenas para quando as negociações estivessem avançadas ou complicadas. Nesse sentido, propôs: **Um ato nacional e unificado em defesa dos direitos dos trabalhadores**, a ser realizado no dia **30 de abril**, para pressionar desde o início as negociações. Uma mobilização nacional em prol do ACT prevista para o dia **27 de maio**. Essas mobilizações têm como objetivo mostrar unidade, força e organização dos trabalhadores, pressionando a empresa para avançar nas negociações de forma mais rápida e eficaz. Zeca também colocou em pauta a importância de rapidamente definirem o representante da seção sindical para integrar a Comissão Nacional de Negociação (CNN). Diante da necessidade de garantir representatividade e não esvaziar a plenária, pediu consenso e agilidade na escolha desse representante. **Mesa: Eleição da CNN.** A plenária avançou para a escolha dos representantes para compor a Comissão Nacional de Negociação (CNN), seguindo um processo democrático e simplificado. Os delegados presentes foram convidados a indicar nomes para a representação, resultando na candidatura de **Davi e Amadeu**. Ao perceber que havia apenas dois candidatos para duas vagas (titular e suplente), Amadeu propôs um consenso, sugerindo que Davi fosse eleito como titular e ele próprio assumisse a suplência. A proposta foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade, sem votos contrários ou abstenções. **Mesa: Relações Institucionais - Atuação política do Sindicato** - Composição da mesa: Zeca Magalhães, Diretor de Relações Institucionais do SINPAF. José Vicente apresentou um resumo detalhado das **articulações políticas e sindicais do SINPAF**, destacando o trabalho junto ao parlamento e demais entidades representativas. A estratégia tem sido a de fortalecer a presença do sindicato no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas estaduais e junto ao Executivo Federal, com o objetivo de ampliar a defesa dos interesses dos trabalhadores, da **Embrapa** e de outras empresas da base do SINPAF. **1. Fortalecimento da Articulação Política do SINPAF.** O SINPAF tem buscado aproximar-se de parlamentares, levando suas pautas e reivindicações ao Congresso e às Assembleias Estaduais. O foco principal tem sido a luta pelos direitos dos trabalhadores, incluindo a situação da PESAGRO e outras empresas do setor. Além do parlamento federal, é essencial que as lideranças sindicais locais busquem apoio de deputados estaduais e senadores, fortalecendo o movimento na base. **2. Criação da Frente Parlamentar Mista.** Uma das principais conquistas foi a criação da Frente Parlamentar Mista, que atuará tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados. A proposta inicial era criar apenas uma frente na Câmara, mas, devido ao excesso de frentes parlamentares na casa, a decisão foi priorizar o Senado, onde há menos frentes e maior possibilidade de influência. O senador Nelsinho Tradi (PSD-MS) foi o autor do projeto e desempenhou papel fundamental na aprovação da frente. A frente já foi instituída e votada, mas ainda aguarda a sua instalação oficial, prevista para abril. **3. Estratégias Políticas para Aprovação da Frente.** O SINPAF buscou apoio de diversas



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

lideranças políticas e assessores parlamentares para acelerar a tramitação do projeto. A articulação foi feita com o DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) e parlamentares influentes, como os senadores Paulo Paim e Tereza Leitão. Também foi considerada a proximidade política entre Nelsinho Tradi e o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, ambos do PSD. A aprovação da frente ocorreu de forma rápida, devido ao trabalho de articulação do SINPAF. **4. Próximos Passos da Frente Parlamentar.** Agora que a frente foi criada, a prioridade é garantir adesão de mais parlamentares para fortalecer suas ações. A Embrapa tem boa reputação no Congresso, e muitos parlamentares demonstraram interesse em apoiar a causa. A partir da instalação da frente, serão discutidos temas estratégicos para os trabalhadores, como: Terceirização; Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária; Combate à fome; Sustentabilidade agrícola; Valorização da agricultura familiar. **5. Parcerias com Outras Entidades.** O SINPAF tem fortalecido sua relação com outras centrais sindicais e movimentos sociais, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores). Foi resgatada a participação oficial do SINPAF no Fórum Social Mundial. O sindicato também tem buscado estreitar laços com federações e outras entidades sindicais, visando fortalecer as lutas dos trabalhadores. **6. Atuação Sindical e Eventos.** O SINPAF participou de eventos políticos e sindicais importantes, incluindo sessões solenes de comemoração dos 50 anos da Embrapa no Congresso Nacional e em assembleias estaduais. Também foram organizadas reuniões com o Ministério da Fazenda e a Embrapa para tratar de demandas do setor. Houve engajamento em atividades esportivas e culturais promovidas por federações sindicais, como os Jogos Regionais da FAEE. **7. Planejamento para 2024.** Lançamento oficial da Frente Parlamentar no Senado, previsto para 10 de abril. Visitas aos parlamentares para garantir adesão à frente e maior apoio político às pautas do SINPAF. Proposição de audiências públicas para discutir questões relevantes ao setor agropecuário e aos trabalhadores da Embrapa. Sensibilização dos parlamentares sobre a importância da Embrapa e sua contribuição para a agricultura brasileira. Fortalecimento das relações com movimentos populares e sociais, garantindo mais protagonismo para as demandas dos trabalhadores. Para concluir, José Vicente destacou que a atuação do SINPAF no parlamento tem sido estratégica para garantir avanços e proteção aos trabalhadores. A criação da Frente Parlamentar Mista é um grande passo, mas a mobilização deve continuar para garantir adesão de parlamentares e promover debates essenciais para o setor agropecuário e a classe trabalhadora. O sindicato pretende intensificar suas ações políticas e institucionais, buscando aprovação de pautas importantes, sensibilização dos parlamentares e ampliação das parcerias com entidades sindicais e sociais. **Mesa: Informes: Estatuto e questões jurídicas** - Composição da mesa: Adilson F. Mota, Diretor Jurídico do SINPAF; Dra. Lilianne Galvão, Analista Jurídico do SINPAF. Adilson Mota apresentou a pauta, destacando as alterações estatutárias e questões jurídicas a serem detalhadas pela Dra. Lilianne, ressaltando que após a explicação haveria espaço para perguntas ou conversas



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

individuais. Em sua fala, Lilianne destacou mudanças importantes no estatuto, visando maior clareza e eficiência: **Artigo 6º (Filiação)**. Agora, a filiação só se concretiza após o primeiro pagamento da mensalidade, não apenas com a entrega da ficha, garantindo contribuição efetiva. **Artigo 31 (Proteção de Dados)**. Inclusão da obrigatoriedade de proteger dados pessoais conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). **Artigo 33 e 48 (Diretoria da Mulher)**. Criação específica de uma diretoria voltada às questões da mulher, uma conquista histórica no sindicato. **Artigo 77 (Responsabilidades das Seções Sindicais)**. Inclusão explícita das obrigações das seções sindicais quanto às prestações de contas, garantindo maior controle e transparência financeira. **Artigo 84 (Calendário Eleitoral)**. Mudança do prazo para convocação das eleições da diretoria nacional de 90 para 100 dias corridos, garantindo tempo hábil para organização. **Voto em Trânsito (Parágrafo 1º, Artigo 84)**. Regulamentação do direito ao voto em trânsito para empregados filiados, mas atuando em unidades diferentes. **Artigo 94 (Destinação CUT)**. Definido que, caso haja negociação de redução do repasse financeiro à CUT, os valores poupados sejam destinados a um fundo específico para eventos sindicais. **Artigo 98 (Reuniões e Eleições Virtuais)**. Regulamentação permanente das assembleias e eleições virtuais, método antes permitido somente durante a pandemia. **Artigo 102 (Benefícios Dirigentes Liberados)**. Regulamentação clara sobre benefícios aos dirigentes liberados integralmente (ex: auxílio-moradia, transporte), evitando questionamentos jurídicos futuros. **Artigo 106 (Prevalência Judicial)**. Esclarecimento de que decisões judiciais prevalecem sobre o estatuto até que haja reforma estatutária específica. **Artigo 97 (Adequação dos Regimentos Internos)**. As seções sindicais devem adequar seus regimentos internos ao novo estatuto em até 90 dias após sua aprovação, para evitar conflitos legais internos. **Principais Ações Judiciais**. A Dra. Lilianne destacou ações judiciais importantes que o SINPAF vem conduzindo ou acompanhando: **Resultados Positivos. Teletrabalho na pandemia**: Garantiu condições de trabalho seguras. **Abate-teto Embrapa**: Vitória em impedir que aposentadorias fossem incluídas indevidamente no cálculo do teto salarial. **Manutenção de empregados acima de 75 anos**: Conquista jurídica inédita, garantindo a permanência desses trabalhadores na empresa. **Ações em Andamento. Premiação**: Ação relativa à avaliação e premiação, já com decisões favoráveis, em fase final. **Assistentes A, B e C (ACT 2010-2011)**: Ações já julgadas favoravelmente, aguardando conclusão final no TST. **Lei Complementar 173 (contagem de tempo para benefícios)**: Decisão desfavorável em primeira instância para Embrapa; porém, decisão favorável para Codevasf pode reverter situação também na Embrapa em instância superior. **Orientações Finais**. Foi reforçada a necessidade urgente das seções sindicais ajustarem seus regimentos internos ao novo estatuto em até **90 dias**. Disponibilidade do estatuto atualizado já no site do SINPAF, em breve também em formato Word editável. Assessoria jurídica disponível para esclarecimentos adicionais. **Conclusão**: A apresentação esclareceu alterações estatutárias importantes para modernizar e fortalecer a atuação do SINPAF, além de destacar conquistas jurídicas relevantes e



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

pendências em curso, reforçando a necessidade de cooperação ativa das seções sindicais para assegurar uma atuação sindical sólida e transparente. **Debate.** O debate tratou principalmente sobre duas questões importantes levantadas pelos presentes: mudanças decorrentes de concursos internos e a terceirização na Embrapa. **1. Concurso e Reenquadramento.** Foi questionado sobre a possibilidade de reenquadramento dos empregados da Embrapa que realizam novos concursos para cargos diferentes dos que ocupam. Adilson Mota esclareceu que, após a Constituição de 1988 e especialmente com as mudanças recentes na legislação trabalhista, isso não é possível. A matrícula antiga não pode ser mantida, nem acumulada com a nova. Assim, ao ingressar em um novo cargo, o funcionário assume uma matrícula nova, perdendo direitos relacionados à matrícula anterior, como quinquênios e anuênios. Essa situação não permite reaproveitamento de benefícios ou direitos adquiridos anteriormente. **2. Terceirização.** A terceirização também foi pauta do debate. Houve um apontamento sobre a estratégia adotada pelo sindicato diante da permissão legal da terceirização pelo STF, inclusive de atividades-fim. A pergunta sugeriu que talvez fosse mais efetivo focar nas estratégias internas possíveis, considerando o cenário legal atual. Adilson Mota explicou que, apesar da permissão legal, o sindicato segue contrário à terceirização em qualquer atividade na Embrapa. Ele citou o exemplo das universidades públicas, que também têm permissão para terceirizar, mas optam por limitar essa prática principalmente à atividade-meio, evitando terceirizar funções essenciais, como professores. A advogada Lilianne complementou afirmando que, mesmo com a decisão do Supremo Tribunal Federal favorável à terceirização, é importante continuar a luta política e administrativa, não se rendendo totalmente à prática. Citou um poema utilizado por um dirigente em plenária anterior para ilustrar a necessidade de não desistir da luta, pois a terceirização avança progressivamente, afetando primeiro as funções mais vulneráveis até atingir todas as demais categorias. **3. Alterações Estatutárias e Ações Judiciais.** Foi reforçado o aviso sobre as alterações recentes no estatuto do sindicato, com destaque para questões de filiação, criação da diretoria da mulher, implementação da LGPD, regulamentação de assembleias virtuais, entre outros pontos essenciais. Em relação às ações judiciais importantes, Lilianne destacou três principais: **Teletrabalho durante a pandemia:** O sindicato conquistou judicialmente a adoção do teletrabalho para preservar a saúde dos empregados. **Abate-teto salarial** e permanência de empregados acima de 75 anos, ambas com sucesso jurídico significativo. Ações em andamento sobre a premiação não paga pela Embrapa, Assistentes A, B e C, e saudamento das Ceres, com expectativa de decisões favoráveis em instâncias superiores. Por fim, Lilianne ressaltou que as seções sindicais devem se adequar rapidamente às novas normas do estatuto e manter o diálogo constante com a diretoria jurídica para sanar dúvidas ou questões futuras. **Deliberações finais: Local da Próxima Plenária.** A próxima plenária regional Sudeste (27ª edição) em 2025 será realizada pela Sessão Sindical Agroindústria de Alimentos, no Rio de Janeiro/RJ. A proposta foi aprovada pelo plenário. **Carta contra a**

**Sindicato Nacional dos Trabalhadores
de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário**

26ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

Terceirização: Apresentada inicialmente pela plenária Centro-Oeste, realizada em Goiânia/GO. A plenária Sudeste decidiu referendar integralmente a carta, sem alterações significativas, apenas incluindo uma introdução esclarecendo que a carta também representa os delegados e delegadas da plenária Sudeste. **Discussão sobre Moções:** Houve uma questão formal levantada, referente ao regimento que exige assinatura mínima de 10% dos delegados credenciados para encaminhamento de moções. Uma moção específica foi apresentada por apenas um delegado (Adriana), violando esse requisito formal. Após debate, decidiu-se não alterar o regimento devido à falta de quórum suficiente (exigiria 18 votos). O plenário concordou em registrar na ata as manifestações que não cumpriram os requisitos formais, sem status oficial de "moção". **Moções específicas aprovadas pelo plenário: Moção de solidariedade ao Padre Júlio Lancelotti,** pela atuação junto à população em situação de rua e repúdio às perseguições sofridas por ele. **Aprovada por unanimidade. Encaminhamento sobre decisão de pautas regionais:** Decidido que futuras decisões sobre temas e palestrantes para plenárias regionais serão feitas de forma participativa e tripartite, envolvendo diretoria regional, nacional e presidentes das sessões sindicais. **Proposta aprovada por unanimidade. Encerramento:** O encontro foi encerrado com agradecimentos gerais aos participantes, sessões sindicais, funcionários e à diretoria nacional pelo empenho na organização do evento. Assim, nada mais tendo a tratar, encerro a presente Ata, a qual vai assinada pelo presidente da mesa, Devanir Sebastião dos Santos, Diretor Regional Sudeste, pela relatora Cirlei Alves Fiuzza e por mim, David Regis de Oliveira, secretário da mesa da 26ª Plenária Regional Sudeste, realizada nos dias 16 e 17 de março de 2024, em Campinas, SP.

Documento assinado digitalmente
DEVANIR SEBASTIAO DOS SANTOS
Data: 13/03/2025 08:54:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Devanir dos Santos
Diretora Regional Centro-Oeste

Documento assinado digitalmente
DAVID REGIS DE OLIVEIRA
Data: 25/03/2025 13:00:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

David Regis de Oliveira
Secretário

Documento assinado digitalmente
CIRLEI ALVES FIUZA
Data: 26/03/2025 11:49:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cirlei Alves Fiuzza
Relatora

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE BRASÍLIA
2º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Brasília
CRS 504 - Bloco A - Loja 7/8 - Asa Sul - Brasília - DF - CEP 70331-515
www.cartoriodebrasil.com.br - contato@cartoriodebrasil.com.br F: (61)3214-5900
Jesse Pereira Alves - Oficial Registrador

AVERBAÇÃO EM PESSOA JURÍDICA
Averbado as margens do registro nº 0000001691, livro nº A04,
folha nº , registrado em 03/04/2025.
Averbação nº 2671.
Protocolo nº C0000139488.
Selo digital: TJDFT20250220018085GXZO

Consulte o selo digital em www.tjdf.tj.us.br ou aponte a câmera do seu celular para o QRCode ao lado.



Wander Gabriel Castro dos Santos
Escrivente Autorizado